

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2 **ATA Nº 15/2015**

3 **DATA: 02 de julho de 2015**

4 Aos dois dias do mês de julho de dois mil e quinze, às 18h30min, no Auditório da
5 Secretaria Municipal de Saúde, situado no térreo da Av. João Pessoa, 325, nesta
6 Capital, reuniu-se, em sessão ordinária do Plenário, o Conselho Municipal de Saúde de
7 Porto Alegre – CMS/POA. **Abertura: A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO –**
8 **CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Pessoal, boa noite. Eu vou pedir a
9 gentileza, se tiver algum jovem sentado na cadeira, onde estiver escrito “conselheiro”,
10 que ceda o lugar para o Tessari. Não, é que conselheiro tem que ficar na frente para a
11 gente poder contar os votos. Tem apresentação. Não tem mais cadeiras? Boa noite a
12 todos e a todas. Eu, Djanira Corrêa da Conceição, Coordenadora deste Conselho, no
13 uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142/90, pela Lei
14 Complementar nº 277/92, pela Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, pelo Código
15 Municipal de Saúde e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado em julho de
16 2008, declaro aberta a sessão ordinária do Plenário do dia 02 de julho de 2015. **Faltas**
17 **Justificadas:** 01)Andrea Troller Pinto; 02)Carlos Alexandre Vargas de Andrades;
18 03)Francisco dos Santos; 04)Jandira Roehrs Santana; 05)Thaís de Miranda Ferreira.
19 **Conselheiros Titulares:** 01)Adriane da Silva; 02)Alberto Moura Terres; 03)Alcides
20 Pozzobon; 04)Alice Ubatuba de Farias; 05)André Ângelo Behle; 06)Antônio Augusto
21 Oleinik Garbin; 07)Antônio Ildo Baltazar; 08)Carlos Eduardo Sommer; 09)Caroline da
22 Rosa; 10)Eduardo Karolczak; 11)Fernando Ritter; 12)Gilberto Binder; 13)Gilmar
23 Campos; 14)Gláucio Rodrigues; 15)Irineu Grinberg; 16)Jairo Francisco Tessari;
24 17)João Alne Schamann Farias; 18)Julia Backes; 19)Juliana Maciel Pinto; 20)Jussara
25 Barbeitos Giudice; 21)Liane Terezinha de Araújo Oliveira; 22)Loreni Lucas; 23)Luís
26 Antônio Mattia; 24)Luiz Airton da Silva; 25)Mara Lúcia Tiba Soeiro; 26)Maria Angélica
27 Mello Machado; 27)Maria Encarnacion Morales Ortega; 28)Maria Eronita Sirota
28 Barbosa Paixão; 29)Maria Letícia de Oliveira Garcia; 30)Maria Lúcia Shaffer; 31)Maria
29 Rejane Seibel; 32)Masurquede de Azevedo Coimbra; 33)Mirtha da Rosa Zenker;
30 34)Paulo Cesar Cerutti; 35)Paulo Goulart dos Santos; 36)Roberta Alvarenga Reis;
31 37)Roger dos Santos Rosa; 38)Rosa Helena Cavalheiro Mendes; 39)Tânia Ledi da Luz
32 Ruchinsque; 40)Valdemar de Jesus da Silva; 41)Vera Maria Rodrigues da Silva.
33 **Conselheiros Suplentes:** 01)André Phylippe Dantas Barros; 02)Artur Antônio Munch;
34 03)Gabriel Antônio Vigne; 04)Ireno de Farias; 05)Ivete Regina Ciconet Dornelles;
35 06)Márcia Maria Teixeira; 07)Rosemari de Souza Rodrigues; 08)Vinícius Antério Graff.
36 **Informes:** Sou eu a primeira. Eu vou esperar o pessoal ver se tem mais cadeira. Não
37 tem mais cadeiras? A nossa casa é pequena. Faltou? Então, tá. Pessoal, eu quero dar
38 um informe, nós temos uma instrução normativa sobre os vales refeições. Esta é a
39 Instrução Normativa nº 02: “Considerando a necessidade de viabilizar a participação
40 em reuniões, cursos, palestras, conferências e congressos, seminários, fiscalização e
41 outros evento, ou atividades, principalmente a participação nas demais instâncias de
42 representação do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, disciplinar a
43 prestação de contas de resultados de suas representações, possibilitar a transparência
44 do uso de recursos públicos utilizados para vale refeição, o Conselho Municipal de
45 Saúde de Porto Alegre resolve conceder vale refeição aos conselheiros membros de
46 comissões ou representante deste Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, a
47 partir dos requisitos e critérios abaixo descritos. Primeiro requisito imprescindível para
48 receber o vale refeição: ser conselheiro local, distrital ou municipal, ou membros de
49 comissão, representando o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. Ser
50 representante de segmentos de trabalhadores em saúde que não receba vale refeição
51 ou esteja fora do seu horário de trabalho, ou representante do segmento dos usuários.
52 Critério para receber os vales refeições: será fornecido um vale refeição quando

53 ultrapassar o horário de almoço ou jantar por estar participando de seis ou mais horas
54 de qualquer evento de: a) qualificação da Comissão de Educação Permanente; b)
55 qualquer atividade de representação; c) atividade de fiscalização; d) qualquer reunião
56 convocada pelo Conselho Municipal de Saúde ou do Núcleo de Coordenação”. Isto
57 aqui a gente já tem há mais de anos. Eu só estou trazendo para esclarecer algumas
58 coisas que estavam acontecendo no Conselho. É para a gente ter controle, assim
59 como as passagens que a gente quer que o conselheiro faça um relatório de onde usou
60 a passagem, porque a passagem é para a saúde. Tem gente me pedindo passagem,
61 mas eu fui ver o vale e ele não veio a nenhuma reunião e quer mais passagem. Então,
62 a gente tem que fazer um controle. Se nós fiscalizamos os outros, também temos que
63 ser fiscalizados. Então, é por isto que estou trazendo isto, que já foi aprovado em uma
64 plenária antiga aqui, tem mais de 02 anos isto aqui. Estou só trazendo para os
65 conselheiros ficarem cientes, porque tem alguns que não estão cientes disto. Tá?
66 Obrigada! O outro informe é que chegou um convite para nós da Conferência Livre da
67 Área de educação em Saúde da UFRGS, que vai ser dia 03 de julho, das 16h55min
68 às 21h05min, que discutirá os temas que afetam esta comunidade, que são pertinentes
69 ao ensino e pesquisa, e potencialmente a gestão setorial da saúde no âmbito
70 municipal, estadual e nacional. Então, quem quiser participar desta conferência, vai ser
71 na Escola de Enfermagem. (Manifestações da plenária fora do microfone). Sim, na
72 Escola de Enfermagem da UFRGS. Vai ser dia 03 de julho, das 16h55min às
73 21h05min. E tem um telefone aqui, para quem quiser falar com o Leandro, para se
74 inscrever. É que pode chegar e participar, que é o telefone (51) 8407-1090, com o
75 Leandro. Tá? Quem quiser pega depois aqui comigo. Caroline. **A SRA. MARCIA**
76 **REGINA BORGES NUNES – Fundação de Atendimento Sócio Educativo:** Tu
77 acabaste trocando, meu nome é Márcia Nunes, sou suplente e a Caroline Rosa é a
78 titular. Nós somos da FASE e a gente pediu este momento hoje para fazer algumas
79 informações... **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
80 **Coordenadora do CMS/POA:** Tens 03 minutos, tá? **A SRA. MARCIA REGINA**
81 **BORGES NUNES – Fundação de Atendimento Sócio Educativo:** Tá. Que são
82 importantes para este Conselho ter ciência. A Fundação no momento, junto com a
83 Secretaria Municipal de Saúde, está escrevendo um plano operativo local e um plano de
84 ações e metas para serem executadas em parceria Fundação e FASE. Vou tentar
85 resumir, porque é longo, uma história que vem desde 2004, onde vieram portarias do
86 Ministério da Saúde, onde orienta como deve ser o atendimento para os adolescentes
87 que cumprem medida socioeducativa. Desde, então, estão sendo feitas articulações
88 para a elaboração e execução dessas ações dentro das unidades da FASE. A
89 Fundação, antes de ter esta portaria, já tinha um CNES e já tem profissionais em
90 espaços físicos onde a gente faz ações de saúde. Esta portaria que veio, a 1.426 de
91 hoje, a partir de 2014, e a Portaria nº 10.082, diz como deve ser o trabalho dentro da
92 Fundação, que é, seguindo os parâmetros do SUS e orientado pelas ações e políticas
93 do Município. É isto que nós estamos fazendo hoje, através dos profissionais da
94 Gerência Glória/Cruzeiro/Cristal e da área técnica da criança e do adolescente, através
95 dos profissionais que estão elaborando junto conosco. Então, as ações que todo
96 adolescente, ou todo cliente que estaria na comunidade, o nosso adolescente tem, a
97 garantia desses direitos, que estão sendo realizadas através das pactuações. Então, é
98 importante saber que neste momento nós estamos passando por isto, vai ser assinado
99 pelo secretário de Saúde, nós vamos apresentar para o Conselho Municipal, mas quem
100 aprova este plano é o Conselho da Criança e do Adolescente do Município de Porto
101 Alegre, de todos os municípios onde estamos realizando este plano. Todos os locais
102 onde tem unidades da FASE vão fazer a mesma coisa. Depois, a partir de, então, o
103 Município de Porto Alegre vai receber um incentivo do Ministério da Saúde, que é
104 entrar, cobrir essas ações que estão sendo realizadas, mas o mais importante é firmar

105 que as ações já são realizadas mesmo que não formalizado o plano, mas as questões
106 de qualidade e de atendimento estão sendo feitas através da secretaria, ou mesmo da
107 Secretaria como um todo. Então, também aproveito para agradecer este momento que
108 o Município de Porto Alegre está tendo, o adolescente que cumpre medida
109 socioeducativa nas 06 unidades de Porto Alegre, de continuar pactuando. No devido
110 momento, quando tiver mais informações a gente vem aqui ou marcamos uma reunião,
111 como já fizemos em outro momento e apresentamos o que estava acontecendo.
112 Obrigada. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
113 **Coordenadora do CMS/POA:** Seu Alpheu Garbin. O informe do seu Alpheu vai ser de
114 06 minutos, ele pediu, vai ser um informe ampliado. **O SR. ALPHEU GARBIN – CLS**
115 **CHAPÉU DO SOL:** Boa noite a todos. Há mais de 60 anos eu acompanho a luta que a
116 Fundação Universitária de Cardiologia, mantenedora do Instituto de Cardiologia,
117 desenvolve para apresentar bons resultados, conciliando crises e dificuldades
118 financeiras que sacrificam aqueles que mais precisam da saúde. Sou fã incondicional
119 do Sistema Unidade de Saúde e aprecio muito algo que sempre preconizo também, é o
120 seguinte: Humaniza SUS. É uma palavra que eu sempre uso e procuro que sempre
121 aconteça em todas as reuniões. Na Comissão de Contratualização temos o objetivo de
122 avaliar o cumprimento das metas físico-financeiras de acordo com o estabelecido no
123 documento descritivo; ou seja, o contrato. Vamos analisar no momento alguns pontos
124 que foram avaliados na última reunião, que é referente ao primeiro quadrimestre de
125 2015. Temos aqui pontos positivos a serem destacados. Primeiro, a produção de média
126 complexidade ambulatorial e hospitalar o Instituto de cardiologia atingiu 96,89 das
127 metas propostas. Segundo, das metas de qualidade o hospital atingiu 96% do
128 solicitado. O acolhimento com classificação de risco, o tempo médio de atendimento foi
129 cumprido de acordo com o Protocolo de Manchester, ou seja, a classificação de cor
130 vermelha é emergência, o atendimento é imediato. A cor laranja, que é de muita
131 urgência, o atendimento é feito em 10 minutos. Os outros itens estão dentro do
132 previsto. As consultas em atenção especializada para adultos foi pactuada em 1.260
133 atendimentos, foram alcançados 1.263. No pediátrico foram pactuadas 340 e
134 alcançadas 278. No último quadrimestre de 2014, na análise foi verificado com
135 surpresa que o índice alcançado foi de 100% das consultas pactuadas. No primeiro
136 quadrimestre de 2015 o bom resultado se repetiu e eu fiquei surpreso também, solicitei
137 esclarecimentos. Existe um fator muito simples, é fácil de resolver para que se consiga
138 bons resultados, principalmente nas consultas agendadas. Se nós colocarmos um
139 *overbook* nas consultas nós teremos, então, uma possibilidade de que o resultado seja
140 bastante expressivo, chegando até os 100%. Nas metas de qualidade de gestão, de
141 ensino e pesquisa, redes e indicadores de atenção à saúde, foram todas consideradas
142 satisfatórias. Porém, nunca está tão bom que não possa melhorar. Foi comunicada a
143 instituição que é necessário aumentar a produção dos procedimentos de alta
144 complexidade hospitalar. Existe uma portaria ministerial que exige a produção de, no
145 mínimo, oito procedimentos mensais. Esses índices não estão sendo alcançados,
146 principalmente, em cirurgia vascular. É justo ressaltar o bom e eficiente trabalho
147 desenvolvido pela Gerência de Regulação de Serviços de Saúde da Secretaria
148 Municipal de Saúde, que permite a inteiração com a Comissão de Contratualização e
149 os gestores da instituição, através de avaliação, comentários e atitudes claras e
150 objetivas, visando a solução dos problemas. Finalizando, na dificuldade, na crise é que
151 os competentes se estabelecem, reafirmam propostas e objetivos, que são
152 reconhecidos como bons e eficientes administradores. Este é um exemplo a ser
153 seguido. Não podemos permitir que crises, dificuldades financeiras, atinjam os que
154 mais precisam da saúde, esperamos no mínimo um tratamento digno e humano.
155 Obrigado a todos. (Aplausos da plenária). **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA**
156 **CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Instrução Normativa

157 de Assistência Farmacêutica, Fabiane. **A SRA. FABIANE LEFFA – Coordenação da**
158 **Assistência Farmacêutica:** Para pautar, então, as mudanças e organizações que a
159 gente vem fazendo na Secretaria em relação à dispensação de medicamentos. Desde
160 março a gente vem construindo a minuta da nova instrução normativa que dispõe sobre
161 a obrigatoriedade do cumprimento de normas e rotinas nos serviços farmacêuticos do
162 Município. Então, a gente pediu um ponto mais polêmico, que era a dispensação para
163 munícipes apenas de Porto Alegre, dentre as outras alterações que a gente vai ter, que
164 são de cunho mais organizacional, mas esta era a que mais impactava. Então, a gente
165 encaminhou para a PGM, para a Procuradoria Geral do Município, uma consulta
166 jurídica sobre este tema. Então, há umas duas semanas a Procuradora Valesca, que
167 estava tratando do tema, encaminhou a minuta de parecer, que ainda vai ser
168 outorgada, enfim, não tenho a palavra correta... Vai ser publicada pela Procuradora
169 Geral, a Dra. Cristiane, porque ela está em licença. Ela terminou o parecer para
170 finalizar o raciocínio que ela estava conduzindo. Nós estamos em um momento,
171 passamos ontem para a Dra. Cristiane as alterações de cunho conceitual dos termos
172 farmacêuticos, porque a procuradora se equivocou um pouco. E a Procuradoria foi a
173 favor e adotou todas as questões jurídicas para Porto Alegre para dispensar
174 medicamentos apenas para seus munícipes, apenas usando o Cartão SUS Porto
175 Alegre, como uma exigência para o atendimento. Não sei se eu leio a conclusão da
176 procuradora. Pode ser? Em conclusão, depois de umas 10 páginas de justificativa,
177 (Leitura): “A dispensação de medicamentos deve ocorrer no município em que reside a
178 pessoa atendida pelo SUS. Esta regra atende a necessidade de organização,
179 identificação e planejamento dos dados epidemiológicos do SUS. O Cartão SUS é o
180 instrumento pelo qual os dados de saúde, coletivo e individual, são sistematizados,
181 devendo ser exigido para a dispensação de medicamentos. A forma de financiamento
182 de medicamentos na Atenção Básica no SUS obriga União, estados e municípios a
183 destinarem recursos de acordo com o número da população apontada preocupação
184 IBGE no último censo, nos termos da Portaria nº 1.555/2013 do Ministério da Saúde. A
185 União deve destinar R\$ 5,10, o Estado R\$ 2,36 e o Município R\$ 2,36 por
186 habitante/ano”. Os dados de execução orçamentária do Portal de Gestão de Porto
187 Alegre dão conta que o Município investe mais do que ele tem obrigatoriedade. Ela até
188 colocou os valores, mas a gente acabou fornecendo os dados reais. Então, no ano
189 passado Porto Alegre ao invés de R\$ 2,36 investiu R\$ 11,00 habitante/ano. (Leitura): “A
190 instrução normativa proposta pela SMS está de acordo com a legislação, Lei
191 Complementar nº 141/2012, Pacto pelo SUS, e Portaria nº 1.555, de julho de 2013.
192 Não havendo este óbice jurídico à redação proposta. Mandado de segurança
193 extrajudicial apta a proteger direito líquido e certo no direito brasileiro e tem efeitos
194 concretos. A decisão de 2004 atacou naquele período em que estava inserido em
195 contexto jurídico, sem as definições agora previstas, Lei Complementar nº 141, Pacto
196 do SUS, Portaria do Ministério da Saúde. Portanto, não se aplicando à nova instrução
197 normativa a ser publicada pela SMS”. Aqui a procuradora se refere ao mandado
198 judicial, uma liminar que tinha do SIMERS, do Conselho de Medicina, do Sindicato
199 Médico de 2001, que acabou não valendo a partir de 2004. Por isto que ela colocou.
200 Está toda a explicação no parecer. (Leitura): “Na hipótese de Porto Alegre dispensar
201 medicamento ao usuário do SUS que não seja habitante do Município, devem ser
202 adotadas medidas de compensação ou ajuizamento de ação judicial para o respectivo
203 ressarcimento, pois o município de origem recebe valor por habitante para
204 medicamentos. Sugerimos acrescentar como artigo final na instrução normativa a
205 seguinte redação: *Na hipótese de Porto Alegre dispensar medicamento a cidadão de*
206 *outro município, cabe informar para a PGM os dados cadastrais do cidadão de acordo*
207 *com Cartão SUS de sua cidade, bem como o custo do medicamento, a fim de que*
208 *sejam adotadas as providências para ressarcimento do respectivo valor. É o parecer.*

209 Valesca Buzelatto Prestes – Procuradora Municipal”. **O SR. FERNANDO RITTER –**
210 **Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Gente, eu só
211 queria dar um esclarecimento com relação a isto, para complementar. Então, é
212 importante, a gente vai publicar esta portaria, este instrumento, comunicando a
213 exigência do Cartão SUS. É extremamente importante que as pessoas entendam,
214 principalmente as pessoas moradoras do Município de Porto Alegre, a gente vai estar
215 exigindo esta questão de estar com o cartão. Claro, o maior problema nosso não são
216 as unidades que estão nas comunidades, porque a gente conhece, sabe quem são as
217 pessoas, mas especialmente as unidades grandes, próximas aos grandes hospitais ou
218 centros de especialidades é que tem esta questão. Se as pessoas do Município de
219 Porto Alegre que forem pegar medicamento é importante levar o Cartão SUS. Isto é
220 para a proteção do Município, porque a gente acaba tendo no Santa Marta, Modelo,
221 Hospital de Clínicas, Unidade Santa Cecília, todos têm farmácia e as pessoas acabam
222 saindo da consulta especializada e procurando medicamento e já saindo daqui.
223 Lembrando que o medicamento vem para habitante/ano e aí que acaba acontecendo
224 da gente gastar R\$ 26 milhões. Claro que não vai reduzir tanto, mas já ajuda para nós
225 no momento em que a gente vive hoje de dificuldade financeira. Então, a gente pede a
226 colaboração de todos vocês, os trabalhadores estão sendo orientados com relação a
227 esta medida, a gente vai passar um período ainda de informes, um mês, a gente vai
228 dar o passo a passo de como fazer isto. Eu gostaria que todos vocês, conselheiros,
229 pessoas que estão lá dentro das unidades de saúde, dentro das comunidades. Enfim,
230 informem da importância disto, isto é um fator de proteção nossa como município para
231 a gente não ter desassistência em relação à assistência farmacêutica de
232 medicamentos. Então, só uma colaboração de todo mundo. Pode ser que alguém não
233 goste disto, mas é uma medida necessária para a gente poder ter a sustentabilidade
234 em medicamentos. Obrigado. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
235 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Maria Letícia, a Comissão de População
236 Negra, 06 minutos. Tu que vais apresentar? **O SR. GILMAR CAMPOS – CDS Lomba**
237 **do Pinheiro e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** É. Eu peço para que venha me
238 acompanhar a Comissão da Saúde da População Negra. O Seu João, o Pedro, todo
239 pessoal da comissão aqui, porque eu vou ler um documento que a comissão tirou da
240 última reunião. Então, a gente vai entregar um ofício para o Secretário. Eu gostaria que
241 as pessoas que fazem parte se fizessem presentes aqui. Na nossa última reunião,
242 Secretário, a gente tirou um documento, que vamos entregar ao senhor, a respeito do
243 caso de racismo na UBS Rubem Berta. Eu vou ler mais ou menos, fazendo um breve
244 histórico. (Leitura): “Estou aqui como membro da Comissão de Saúde da População
245 Negra e como Coordenador Adjunto deste Conselho Municipal de Saúde para entregar
246 ao Senhor Secretário de Saúde o ofício que manifesta a contrariedade e desconforto
247 deste Conselho em relação ao processo de sindicância que apura a denúncia de
248 racismo da UBS Rubem Berta. A gestão acordou que a Comissão de Saúde da
249 População Negra poderia indicar um representante para acompanhar os trabalhos da
250 sindicância. No entanto, a Comissão de Sindicância optou por não receber qualquer
251 apontamento e fomos informados que só enviaria o processo após a conclusão do
252 relatório final ao Conselho Municipal. Esperamos que o Senhor Secretário tome
253 providências”. Agora eu vou ler o documento que a gente vai entregar. (Leitura): “O
254 Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, no seu das suas atribuições legais que
255 lhe são concedidas, a Constituição Federal, Lei Federal nº 8080 e 8142/90 e a Lei
256 Complementar nº 277/92, vem através desta Comissão de Saúde da População Negra
257 manifestar sua contrariedade e desconforto em relação à negativa da participação da
258 representação da comissão na sindicância aberta para averiguar a denúncia de
259 racismo ocorrida na UBS Rubem Berta em agosto de 2014. Cabe lembrar que a
260 representação da comissão na referida sindicância foi acordada em reunião ordinária

261 do dia 12/06/2015, com a anuência da Gestão”. Então, Secretário, a gente está lhe
262 entregando este documento, porque vai fazer quase um ano que a gente vem
263 enrolando e não se tem resposta. E a resposta que a gente teve... Estou falando como
264 eu conselheiro, que a resposta que a comissão teve foi muito chata, da gente receber
265 um documento que já vem pronto, a gente só vai olhar e não tem como opinar. Então,
266 foi este acordo que foi combinado. Então, gostaria que alguém desse uma opinião da
267 comissão. **O SR. PEDRO RIBEIRO – Trabalhador Pronto Atendimento Cruzeiro do**
268 **Sul:** Eu me lembro que foi lido o documento, o Fernando já estava aqui como
269 Secretário. Foi entregue o documento onde se apontava diversas providências para dar
270 conta da situação. Quando o Gilmar leu um caso ocorrido em 2014, ou seja, estamos
271 há um ano, significa que do ponto de vista institucional nós estamos demonstrando
272 uma incapacidade de ação. Um ano para se dar conta. Estou vendo do ponto de vista
273 institucional das instituições, tanto da Secretaria como das outras instituições
274 envolvidas com o caso. Então, se apontou, se sugeriu diversas coisas, fomos
275 propositivos no sentido de qualificar a ação das instituições quando ocorressem os
276 casos. O fato de haver uma negativa e eu acho que deve ser investigado, cabe a
277 sindicância da sindicância, Fernando, do porquê desta negativa. Significa que se quer
278 continuar do mesmo jeito, ou seja, agindo de forma incapaz. Então, nós temos que nos
279 qualificar, tanto do ponto de vista do Conselho Municipal, do ponto de vista da
280 Comissão da Saúde da População Negra, quanto do ponto de vista da Secretaria, que
281 é gestora dos serviços e tem a responsabilidade sobre a ação dos trabalhadores.
282 Então, é mais do que se entregar o documento ao Secretário, é dizer o seguinte: nós,
283 institucionalmente, estamos querendo ficar parados no mesmo lugar; mas nós temos
284 que avançar. Então, se existe a vontade e a disponibilidade de colaborar para qualificar
285 nós temos que saber porque não foi aceito. A gente sabe como funcionam as coisas
286 dentro das instituições, que, às vezes, a manifestação é de um funcionário, um
287 trabalhador, mas o responsável é o Secretário. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA**
288 **GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Eu
289 só queria complementar, porque a este respeito nós recebemos um contato do alto
290 comissariado da Comissão de Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas
291 da ONU, solicitando o relatório deste caso, a fim de eles possam contribuir em um
292 acordo cooperativo, para que a gente possa dar andamento nas nossas ações que
293 foram propostas aqui e aprovadas por este plenário na reunião do dia 09. Então,
294 certamente, este pedaço da história vai fazer parte deste relatório que nós vamos fazer.
295 **O SR. GILMAR CAMPOS – CDS Lomba do Pinheiro e Coordenador Adjunto do**
296 **CMS/POA:** Mais alguém quer falar? Então, eu acho que era isto. **O SR. FERNANDO**
297 **RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Só
298 queria colocar, ratificar o que eu já coloquei aqui, que a Secretaria, ou o Fernando
299 pessoalmente, é extremamente contra a qualquer tipo de preconceito ou racismo. Isto é
300 a primeira coisa. Segundo, a gente consultou a Procuradoria Geral do Município, que
301 nos orientou a terminar a sindicância e depois será avaliada a questão da legalidade ou
302 não por parte da procuradoria, da validação disto aí. E se questionado nós vamos ter o
303 parecer da procuradoria, daí depende da homologação ou não, ou a gente pode passar
304 para outro nível para discutir isto. Então, esta foi a recomendação. O que eu vou fazer
305 com este ofício? Pelo que eu sei a sindicância volta correndo, está em processo final
306 de averiguação, aí vai ser feito o relatório e vai ser feita a sugestão, que a gente não
307 sabe qual vai ser a resposta, até porque a gente só recebe isto ao final. Eu vou levar
308 este documento... (Manifestações da plenária fora do microfone). Ele já terminou.
309 Então, eu vou entregar para a procuradoria, para a avaliação disto aqui, eles vão se
310 posicionar e a partir da legalidade do que foi averiguado nesta sindicância a gente vai
311 tomar as medidas, daí cabe à Secretaria Municipal de Saúde definir se aceita ou não o
312 que foi colocado ali. Então, não está nada definido, a sindicância só subsidia a tomada

313 de decisão. Então, ela está em processo com a Procuradoria Geral e a gente pode
314 tomar as medidas necessárias. Então, vou levar este documento para a Procuradoria
315 Geral a partir dos relatos que vocês colocaram e eles vão tecer comentários sobre isto,
316 aí trago de volta a vocês. Eu acho que este é o encaminhamento plausível, aí a gente
317 tem o relatório, porque a gente pode questionar sim a sindicância. Este é o direito de
318 todos nós, questionarmos a sindicância e aí a gente vai tomar a decisão com relação.
319 **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
320 **CMS/POA:** Obrigada! Seu Paulo Goulart. **O SR. PAULO GOULART DOS SANTOS –**
321 **CDS Noroeste:** Boa noite a todos e a todas. Primeiro, Secretário, uma cobrança aqui,
322 continua o problema de traumato na zona norte. Há 2 anos foi rescindo o contrato com
323 a Urgetrauma. Nós não temos referência. Eu estou citando casos aqui. Na semana
324 passada foi uma menina que está desempregada há muito tempo, quebrou um dedo,
325 foi ao Cristo Redentor. Bom, a primeira consulta. Mandara para onde? Procura a
326 Urgeclean na Av. Brasil, que é a mais perto, depois na Carlos Barbosa, depois na
327 Bento Gonçalves ou na Cruzeiro do Sul. Agora, por que ela não foi na Brasil? Não é
328 todo mundo que tem dinheiro para táxi, a guria estava com o dedo quebrado. Ali,
329 pegando o ônibus, chegando às 6 horas da manhã, ainda não pega ficha, porque é de
330 20 a 30 fichas por dia. Então, a zona norte não tem referência em traumato. Saiu do
331 Cristo para o primeiro atendimento tem que se virar no resto da Cidade e é difícil para
332 as pessoas se locomoverem. Então, eu já cobre uma vez aqui providência, faz 02 anos
333 que rescindiriam aquele contrato com a Urgetrauma, que era a nossa referência. Bom,
334 não sei, o senhor que tem que explicar. Outra coisa, Secretário, o que tem de
335 equipamento de saúde no Centro Vida? Ontem eu vi a declaração de um secretário do
336 Município. A gente tem que se preocupar sim, a gente não gosta, estão chegando
337 haitianos aos montes e estão indo todos para o Centro Vida. Eu queria saber onde que
338 vai ser atendido este pessoal. Eles estão chegando, ontem mesmo o Secretário disse
339 que é compromisso do Município, do Estado e da União. Até porque eu acho que
340 descendentes todos nós somos, a não ser quem é descendente de índio, somos todos
341 imigrantes. Este pessoal está chegando e temos o compromisso de atender bem, só
342 quero saber o que tem, porque aqui neste Conselho foi muito discutido, há 2 anos
343 houve brigas por causa da instalação da UPA, se seria na Baltazar ou na Assis Brasil.
344 E naquela vez eu lembro que ficou o compromisso aqui, foi votado que teria em
345 retribuição, por não ter instalado a UPA lá, teriam alguns equipamentos de saúde
346 dentro do Centro Vida. Então, eu queria saber o que tem lá e onde vai ser atendido
347 este pessoal. Vai ser espalhado nos postos da região, que já estão superlotados?
348 Obrigada. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
349 **Coordenadora do CMS/POA:** Rosemeri. **A SRA. ROSEMERI DE SOUZA**
350 **RODRIGUES – CDS Sul/Centro-Sul:** Boa noite. Assim, o meu questionamento é sobre
351 os insumos de insulina. Existe uma portaria da SMS, a 802, de 14/11/2011, onde prevê
352 os seguintes requisitos para o processo, para o paciente retirar os insumos de insulina.
353 Residir em Porto Alegre é um deles, ser gestante, maior de 65 anos, DN1, os
354 transplantados e usar os dois tios de insulina, a regular ou as outras de uso rápido. Só
355 que os que não se encaixam não recebem mais as seringas para aplicação da insulina,
356 porque desde janeiro de 2005 saiu do pedido de materiais a seringa para insulina. Fica
357 difícil o autocuidado deste paciente, porque eles vêm reclamando que eu dou os papéis
358 para eles fazerem o processo, mas o processo é negado, porque só usam a insulina
359 em NPH. Então, como há uma população de diabéticos com DN2 na nossa
360 comunidade, esses tempos eu fiquei muito triste, porque uma paciente disse para mim:
361 “Tu vives me xingando que eu tenho que parar de comer açúcar, mas como vou usar
362 insulina? Eu só uso NPH, vou beber ela? Eu não consigo aplicar”. Então, é isto que eu
363 queria responder para a comunidade, porque na nossa reunião de Conselho Local eles
364 relataram sobre isto, de repente eles recebiam essas seringas e de repente não

365 recebem mais. Obrigada! **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
366 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Maria Angélica. **A SRA. MARIA ANGÉLICA**
367 **MELLO MACHADO – CDS Norte:** Boa noite a todos e a todas desde que eu venho a
368 este Conselho faço a mesma colocação e vou fazer de novo. Eu sou Conselheira Local
369 da UBS Santa Rosa, por isto que eu caí neste Conselho representando a minha região.
370 E também sou Coordenadora do Conselheiro Distrital, e também do Conselho Gestor
371 do Hospital Conceição. O Secretário que lhe antecedeu, o Dr. Casartelli, ele deu uma
372 resposta, quero ver qual vai ser a sua. A nossa UBS Santa Rosa, eu faço questão de
373 trazer o dado, porque a cada reunião pergunto como estão as fichas família e a
374 numeração, já estamos em 25.650 e poucas, fichas família. Grávidas, gestantes, em
375 pré-natal são 85, só faz subir. Eu lhe pergunto, a gente tem dois clínicos gerais, faz
376 tempo, por isto estou sempre aqui reclamando. Uma pediatra e uma ginecologista, um
377 dentista, as filas cada vez mais, a chegada do inverno com as doenças de inverno
378 aumentaram as filas. Eu nem vou tocar no assunto de venda de fichas, porque isto tem
379 no mundo todo, na nossa região tem, no Brasil todo tem. É que cada vez mais as
380 pessoas estão com barracas, dormindo dois, três dias antes. Claro, os primeiros que
381 chegam é para vender, mas isso não vem ao caso, o problema está lá dentro com
382 poucos médicos. Aí eu lhe pergunto: como que uma pediatra com 85 gestantes, cada
383 dia nascendo mais crianças... O Dr. Casartelli me disse que não, mas na minha região
384 não é esta realidade. E ginecologista também para tratar essas gestantes, e quem não
385 está gestante. Não tem condições, está cada vez pior o atendimento. Ela é uma
386 unidade básica, ela começou como Vila Santa Rosa, hoje é a Grande Santa Rosa com
387 17 vilas, por isto está se tornando até um bairro, a Santa Rosa de Lima. E Como ela é
388 uma unidade aberta vai absorvendo todas as ocupações, são muitas e cada vez mais.
389 a gente está com três, quatro ocupações na volta e estão sendo direcionadas todas
390 para a UBS Ramos, que são as duas que a gente tem na região, ou para a UBS Santa
391 Rosa. Como o Seu Paulo falou dos haitianos, o que mais tem é haitiano. Eles estão por
392 todas as ruas, também estão lá, também têm direito à saúde, porque estão no Brasil,
393 têm direito ao SUS. Tanto a UBS Ramos, quanto a Santa Rosa também, cada vez mais
394 haitianos, é uma população que está chegando e precisa de saúde. Eu gostaria de uma
395 resposta: por que a Unidade Santa Rosa não está completa há muito tempo? Te dois
396 clínicos, só uma pediatra, só uma ginecologista e um dentista, e para o dentista é a
397 maior briga por fichas. Esta é a minha colocação. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA**
398 **CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Só um momentinho. O
399 Marcelo Sgarbossa está aí? Como ele é representante da COSMAM, como não tem
400 lugar, vou convidá-lo para sentar aqui na mesa com a gente. Passe aqui. Está
401 escondido? A Liane. **A SRA. LIANE TEREZINHA DE ARAÚJO OLIVEIRA – CDS**
402 **Centro e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Boa noite a todos e a todas. Eu até
403 tinha meio que desistido, porque é tanto informe, tanta coisa ruim para o Secretário que
404 está difícil, né. Hoje eu venho falar em nome da Comissão de Saúde da Mulher. Esta
405 semana eu recebi no Instituto da Mama uma pessoa da zona sul de Porto Alegre, que
406 participava de uma pesquisa, o Fernando conhece, do Núcleo Imama POA. É uma
407 pessoa muito fragilizada, porque acabou a pesquisa, elas foram encaminhadas para as
408 unidades de saúde, só que ela está com bastante dificuldade. Eu gostaria de ter uma
409 ideia de como está funcionando com aquelas mulheres que foram diagnosticadas com
410 câncer de mama e agora têm que dar continuidade através das unidades de saúde. A
411 informação que eu tive de três delas, dela e mais duas colegas, é que estão com
412 bastante dificuldade, inclusive, de conseguir na especialidade o mastologista, que é tão
413 importante para a continuidade do tratamento dessas pessoas. Muitas delas já tiveram
414 alta. Então, na responsabilidade, são 38 e eu tive acesso a 03, que chegaram lá,
415 bateram na porta, porque a gente está oferecendo ajuda psicológica para elas e uma
416 com a questão de aposentadoria, porque elas precisam pelo diagnóstico que tem.

417 Então, eu venho fazer um pedido, como uma vitoriosa de câncer de mama há 19 anos,
418 em nome de todas as colegas que a gente tenha um olhar em relação a essas
419 pessoas. Realmente, esta transição é muito difícil, porque elas tinham um atendimento
420 maravilhoso naquele projeto lá. Então, esta transição é muito complicada e se não tem
421 o acesso ao profissional que elas precisam muito, fica mais difícil ainda a aceitação
422 desta transição. Obrigada! **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
423 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA; Gilmar. O SR. GILMAR CAMPOS – CDS**
424 **Lomba do Pinheiro e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Seja bem-vindo,
425 Presidente. Bom, Secretário, eu tenho dois informes. O meu primeiro informe é falar
426 sobre a UBS Panorama. Eu acho que nós temos que pedir para o Elmo ir junto
427 conosco quando chover, porque a Secretaria tem uma equipe de manutenção,
428 Secretário, que eu gostaria de trabalhar. Se eu pudesse trabalharia nesta equipe,
429 porque eu não posso fazer força, só para ir lá e olhar... Sai daqui 9 horas, chega lá em
430 torno de 10h30min na Lomba do Pinheiro. Vão almoçar, depois do almoço vão dar uma
431 descansadinha, depois começam a trabalhar. Pegaram a mesma coisa da SMOV, aí às
432 4 horas da tarde estão arrumando os equipamentos para vir embora. Eu achava que na
433 Secretaria de Saúde a manutenção não era assim, que era só na parte da SMOV,
434 DMAE, nos outros lugares. Agora na Secretaria de Saúde comecei a descobrir quando
435 foram para a UBS Panorama, que não se resolve o problema. Foi pedido uma brita e o
436 Elmo disse que não poderia, que era muito cara, a gente até concorda. Se tiver que
437 fazer o acesso a algum cadeirante através não vai ter acesso. Pedimos um saibro, sem
438 mentira nenhuma, o pessoal eu acho que levou nessas caçambas da Prefeitura,
439 tombadeira, com umas duas conchas de saibro para um pátio daquele tamanho. Eles
440 espelharam, fui lá, não tinha nem condições de entrar lá ontem. Eu não sei como que o
441 usuário de cadeira de rodas consegue ter acesso. Não consegue, tem que levantar ele.
442 Nós queremos que o Elmo vá lá, e o senhor interceda, que ele olhe, faça uma
443 entrada... (Sinalização de tempo esgotado). Senão, não tem condições. Então, o meu
444 primeiro informe era este. E o outro, rapidinho, Secretário, só para dar um retorno, que
445 eu recebi a denúncia que eu fiz do Santa Helena. Então, quero aproveitar que hoje é o
446 GT dos Laboratórios que vai apresentar aqui, quero deixar para a comissão, para a
447 Letícia. Eu fui lá, fiz a denúncia e a minha avó sentiu na pele o tempo que ficou parada.
448 Só que veio a resposta e não foi concreta, porque eu acho que lá eles não conhecem a
449 cartilha do idoso. Eles disseram que estão se adequando, isto e aquilo, mas eu
450 descobri que o Laboratório Santa Helena aumentou as cotas e não tem condições de
451 ter as cotas que aumentou. Ele recebeu uma quantidade enorme para fazer mais
452 exames, só que o espaço dele é deste tamanho. Então, fica difícil, Secretário, botar as
453 pessoas em um lugar que não tem condições. Era isto. E eu gostaria que a comissão
454 do Conselho, ou o GT, não sei, que fosse fazer uma fiscalização lá. **A SRA. DJANIRA**
455 **CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA: Vera. A**
456 **SRA. VERA MARIA RODRIGUES DA SILVA – CDS Nordeste:** Boa noite a todos.
457 Secretário, em primeiro lugar vou fazer uma queixa, não é pessoal e sim como
458 representante do controle social da Região Nordeste. O que está acontecendo com a
459 SAMU? Há muito descontentamento em todos os atendimentos. Eu escutei por
460 telefone, pedi identificação ao atendente e ele não se identificou. Esta família chamou
461 dez vezes a SAMU. Este senhor chegou em casa do trabalho, tomou banho, sentiu
462 dores, ele se sentiu mal e a família chamou. Só que quando eles atinaram em levar,
463 quando saíram da casa, a uma meia quadra, o homem já começou a morrer, como de
464 fato morreu. O que eles dizem? Que a prioridade é para baleados e drogados. (Risos
465 da plenária). É isto que eu estou falando. O caso não é de rir, gente! E os postos de
466 saúde quando chamam a SAMU para uma emergência, eles não estão tendo o
467 atendimento que devem ter. Outra coisa, gostei da sua fala sobre os conselhos nos
468 postos de saúde, porém, já repercutiu efeito na minha região, já tinha no Conselho

469 Local da Protásio, até para a minha surpresa e fiquei faceira, uma quantidade de
470 pessoas, de usuários cobrando e reivindicando seus direitos. Só que por eles,
471 Secretário, o senhor também, quando falou na televisão deu entender que a
472 responsabilidade do atendimento dos postos é dos coordenadores dos distritais. Eu
473 estou lhe dizendo o que causou. Quando o senhor se referir tem que dizer que não,
474 que os conselhos são para ajudar a cobrar. E a geladeira, de novo foram em cima. E o
475 que disseram? Não, mas o Secretário disse que são vocês quem tem que resolver.
476 Então, mais uma vez, cobraram a solução das geladeiras. Outra coisa, o atendimento
477 da Bom Jesus, não vou generalizar, mas está péssimo... Da emergência. Agora eu
478 vinha vindo no ônibus, aí uma senhora me falando que chegou no atendimento às 8 da
479 manhã e saiu às 4 horas da tarde com a criança, a criança tinha baixado, tinha uma
480 infecção urinário, estava gripada. Ela me falou que teve tipo de uma briga lá, pelo
481 descaso que está acontecendo. Então, o senhor tem que ver isto aí, porque a
482 população vai reagir sempre. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
483 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA: Débora. A SRA. DÉBORA MELECHI –**
484 **Sindicato dos Farmacêuticos do RS: Boa noite a todos e a toda. Agradeço o espaço**
485 para o informe, para compartilhar uma grande alegria dos farmacêuticos, por ontem ter
486 sido aprovado na Comissão de Tributação e Finanças da Câmara dos Deputados, em
487 Brasília, o projeto de lei vindo do Senado, proposta da Senadora Vanessa Grazziotin,
488 que garante assistência farmacêutica plena no âmbito do Sistema Único de Saúde.
489 Este é um grande esforço das entidades farmacêuticas na valorização do trabalho do
490 farmacêutico, mas, acima de tudo, pelo papel dos farmacêuticos em prol da saúde de
491 todo povo brasileiro. Então, quero compartilhar esta grande alegria, que é nossa, mas,
492 certamente, é de todos nós. Obrigada! **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO**
493 **– CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA: Doutor Humberto. O SR.**
494 **HUMBERTO JOSÉ SCORZA – Membro da SETEC: Quero deixar bem claro que toda**
495 a vez que eu retorno aqui, que eu volto, eu vejo que este Conselho vibra, ele é
496 presente e defende, intransigentemente, o SUS. Isto me deixa muito contente, porque
497 eu vejo que, às vezes, em meio a esta calhordice que existe em todos os níveis, que
498 nós temos como Presidente da Câmara um ditadorzinho de plantão, que manipula as
499 coisas lá dentro. Quando eu falo em Câmara é a Câmara dos Deputados, que manipula
500 as coisas que quer. Nós temos um colégio lá que funciona, que realmente defende
501 outros interesses, que não são os interesses do povo, que só se ouve coisas ruins. E
502 eu quero dizer a vocês que este é o momento da gente dar uma paradinha. Quer dizer,
503 eu me alegro muito e essas queixas que vêm nunca tem, Secretário, se levado em
504 nível pessoal. Isto é para fazer com que o SUS aconteça. Não adianta fazer
505 conferência de saúde se não se põe em pratica aquilo que se decide. Isto é culpa de
506 quem? De muitos, não é de um, é de muitos. Então, eu queria fazer um convite,
507 sábado, às 15 horas, no monumento que tem ao expedicionário, na Redenção, vai ter
508 uma aula pública, como era costume na antiga Grécia, o Frei Leonardo Boff, que foi um
509 defensor intransigente da democracia na época negra... Desculpa o termo. Na época
510 ruim da ditadura. Foi um defensor, agora defende a humanidade, o ecossistema e tudo
511 que interessa. Eu digo que é bom a gente ir lá, porque eu espero que seja um lugar de
512 debates. Sábado, 15 horas, (parte da manifestação fora do microfone). É tanta
513 calhordice, é tanta manipulação das coisas que eles querem fazer com que a gente se
514 desiluda e deixe eles fazerem coordenação querem, mas não é, este Conselho é prova
515 de que isto não acontece, não deve acontecer. E o assunto é expressões sobre direito
516 humanos, mais amor e mais democracia. Quem sabe a gente lá encontre um espaço
517 para se unir mais enquanto controle social... (Sinalização de tempo esgotado). O que o
518 povo precisa é ter seus direitos. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
519 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA: Obrigada, Doutor Humberto. (Aplausos da**
520 plenária). Mirtha. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**

521 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Vice Coordenadora CMS/POA:** Tema bonito,
522 Humberto – *Mais Amor, Mais Democracia*. Eu acho que é isto que a gente está
523 precisando cada vez mais, democracia mais firme e amorosa. Eu acho que a gente tem
524 que estar muito com isto na mente. Sempre quando eu sento aqui fico olhando este
525 painel e a minha cabeça está assim, é conferência, conferência e conferência. Este
526 quadro aqui a gente estava trabalhando. Então, a gente está na reta final da
527 conferência e eu me inscrevi para isto. Então, dias 10, 11 e 12 de julho. Nós
528 finalizamos o nosso processo de conferência, depois de 08 pré-conferências de
529 sucesso, cada região fez a sua pré-conferência. Nós estamos com 1.331 participantes
530 inscritos. Então, isto é um sucesso, estão todos de parabéns por toda esta mobilização
531 que foi feita no Município de Porto Alegre. Houve muitas demandas, propostas que
532 estão indo para a conferência municipal, as mais votadas. E a abertura vai ser às
533 18h30min, do dia 10, decorre no sábado o dia inteiro e no domingo das 8h30min às
534 16h30min. A gente está organizando com muito carinho, com muita mobilização para a
535 gente poder estar recebendo vocês. Já deveria estar aberto para ouvintes no site, mas
536 a gente está fazendo um grande esforço para estar aberto amanhã o site para as
537 inscrições dos ouvintes. Então, quem não pode participar de nenhuma pré-conferência
538 ainda tem a possibilidade de estar entrando no site amanhã para fazer a inscrição para
539 ouvinte. Então, fiz esta fala para convidar a todos, para participarem e continuarem na
540 mobilização. E uma das demandas, das propostas que foi pontuada em uma das
541 conferências, que eu acho uma demanda muito grade, acho que não foi das mais
542 votadas, é que a gente coloque em prática as demandas conferências nos 04 anos que
543 intercalam uma conferência da outra. Cada vez mais a gente tem que estar se
544 posicionando e que o gestor cumpra o que a gente tem de mobilização democrática, o
545 que a gente está pontuando enquanto conselheiros para as conferências. Então, muito
546 obrigada. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
547 **Coordenadora do CMS/POA:** Obrigada. Vamos passar para a nossa pauta, então...
548 Quer responder alguma coisa? Tem alguma coisa para responder? Então, responde. **O**
549 **SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto**
550 **do CMS/POA:** É rapidinho. Seu Alpheu, muito obrigado pelas informações, a gente já
551 sabia da questão do Cardiologia, a única questão que eu acho importante trazer aqui é
552 quanto que foi para moradores de Porto Alegre e quantos foram para não moradores
553 de Porto Alegre em atendimento. Este é um dado importante. (Manifestações da
554 plenária fora do microfone). Então, 55 para o interior e 45 para Porto Alegre. Tá. Seu
555 Paulo, em relação ao trauma, está tramitando um questionamento público aí, que deve
556 estar saindo o edital dentro em breve. Eu vou ver para trazer a data especificamente,
557 para ver quando vai sair este edital aí. E com relação aos haitianos, a Gerência
558 Distrital, juntamente com outras secretarias do Município, já está se articulando e terça-
559 feira que vem vão fazer uma visita com profissionais da saúde das unidades da região
560 para fazer a vacina, para verificar alguma situação de saúde, para ver as necessidades
561 daquelas pessoas. Tem 40 haitianos lá até o momento. Por enquanto vão ter que ser
562 atendidos pelas unidades daquela região e tem uma contrapartida do Estado...
563 (Manifestações da plenária fora do microfone). É, então, não tem... (Risos da plenária).
564 O problema é este, nunca entra contrapartida do Estado. Aliás, até vou dar um informe.
565 Insumos de insulina, tu queres esclarecer? **A SRA. FABIANE LEFFA – Coordenação**
566 **da Assistência Farmacêutica:** Desculpa, não lembro o nome da colega ali. Na
567 verdade, a gente já vem discutindo a questão da insulina há bastante tempo, bem
568 antes da própria portaria, porque a portaria fala específico, é um kit, não é só a seringa,
569 é a fita, é a lanceta para fazer a medição. Obviamente, a gente sabe que tem a
570 insulina, que sem a seringa não dá para aplicar a insulina. O que nós temos é um
571 grande problema com o financiamento. Aqueles valores que eu falei de R\$ 5,10, R\$
572 2,36 e R\$ 2,36 são para comprar todos os insumos dos processos da portaria e

573 medicamentos. E ele não é suficiente. A gente está tentando colocar também a seringa
574 casada com a insulina, que é uma luta que a gente tem que correr atrás, porque as
575 pessoas pegavam do material de enfermaria, porque nunca teve esta obrigatoriedade
576 da entrega dos dois, do material de enfermaria da unidade e alcançava para o
577 paciente. A gente tem que colocar isto junto com a insulina. Então, a gente está
578 revisando a portaria também e trabalhando junto a questão do financiamento. Assim
579 como é o soro para nebulização. São essas formas de administração que também para
580 nós é angustiante ver o paciente não usar corretamente, mas a gente está revisando. **O**
581 **SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto**
582 **do CMS/POA:** Com relação à UBS Santa Rosa, Maria Angélica, eu vou verificar a
583 situação. Nós estamos com dificuldade sim com profissional. Hoje nós solicitamos o
584 concurso para médico de família, para a gente repor nas unidades básicas de família
585 também, está em processo de análise. E em relação à gineco e pediatra vou conversa
586 com a gerência e ver a possibilidade, porque hoje estamos com dificuldade para repor.
587 Nós estamos com esta dificuldade mesmo. Então, eu posso te dar uma resposta mais
588 detalhada assim que eu verificar com a Coordenação da Atenção Básica a situação
589 daquela unidade de saúde. Tá? Liane, em relação ao atendimento, primeiro é procurar
590 a unidade de saúde. Eu puxei aqui o dado, mastologista a gente está com menos de 30
591 dias com tempos de espera. Então, tem que verificar, ver cada um dos casos, porque,
592 teoricamente, não tem demanda reprimida com relação a isto. E primeiro, elas têm que
593 passar pela unidade, ver se elas passaram pela unidade de saúde, se fizeram a
594 consulta. E, às vezes, tem também determinação, o retorno de quanto em quanto
595 tempo. Então, tem que verificar para a gente deixar bem claro isto. Gilmar, em relação
596 à Panorama já tem a determinação de fazer aquela entrada naquela região, naquela
597 unidade de saúde ali. E com relação à equipe vou verificar, não pode ser assim, não
598 pode trabalhar 2 horas e se deslocar por 4 horas. Vou verificar. Foi para lá para
599 resolver este problema, este problema tem que estar resolvido. Vou verificar também.
600 Com relação ao SAMU vou levar esta questão que a Vera colocou, para a gente
601 verificar. Se o familiar teve RO relato do dia a gente pode verificar, porque todos os
602 telefonemas para o SAMU são gravados e a gente pode pedir para verificar. Com o PA
603 Bom Jesus, nós estamos passando por uma dificuldade imensa em todos os pronto-
604 atendimentos, em função do fechamento de várias portas de emergências no interior
605 do Estado. E eu vou dar um relato aqui de três fatos acontecidos, um deles foi na Bom
606 Jesus, que, infelizmente, as pessoas agora como viram que as portas de emergências
607 dos hospitais estão restritas, tanto no interior como aqui pela superlotação, eles
608 descobriram que tem as unidades de pronto-atendimento. Então, um exemplo é na
609 Bom Jesus, as pessoas descobriram e estão parando com carros que não são
610 enviados pelos municípios, porque eu falei com os secretários, eles vêm com carros
611 locados. Veio uma Van de Torres agora, que chegou ali durante a noite para ser em
612 atendidos. Isto está sendo todo o dia em todo nosso atendimento. Ontem chegou no
613 Hospital da Restinga uma Van de Montenegro para atendimento. É importante, e,
614 vereador, vou precisar muito... Mas, primeiro, quero lhe dar os parabéns pela presença
615 e queria que o senhor visse, como Presidente da Comissão, que a porta do Conselho é
616 extremamente importante para vocês estarem juntos. Quero lhe dar os parabéns,
617 porque esta é uma iniciativa que faz muito tempo que a gente não vê, do vereador vir
618 aqui acompanhar. Eu sei que na medida do possível, se puder estar, ou mandar u
619 representante, é extremamente importante, porque este é o espaço onde se discute
620 várias questões. Então, eu só queria lembrar, gente, que, infelizmente, as notícias
621 vindas do Governo Estadual só pioraram, porque foi anunciado em redes, na imprensa,
622 quanto que o Governo Estadual pode repassar para os municípios, que ainda não
623 repassaram. O que o Governo Estadual tem por obrigação, em portaria, de repassar
624 para os municípios é um valor de aproximadamente R\$ 120 milhões/mês para a saúde,

625 para as Equipes de Saúde da Família, para os pronto-atendimentos, para o SAMU,
626 para subsidiar os hospitais, todas essas questões. Desses R\$ 120 milhões, e o
627 Secretário do Estado tinha em uma reunião do Ministério Público anunciado que
628 primeiro eles iam pagar a folha de pagamento. O que eu acho justo, trabalhador
629 nenhum merece ser penalizado e não pode, aí sim, Djanira, ser chantageado com
630 relação a: ou eu dou isto, ou dou aquilo, ou a gente dá para a saúde ou dá para o
631 trabalhador. Isto é inadmissível, e o que sobrasse do recurso financeiro do estado eles
632 iriam priorizar a saúde, como eles fizeram. Então, eles repassaram para os municípios,
633 vão passar nos próximos dias, o valor equivalente a R\$ 27 milhões. só para terem uma
634 ideia, o valor que era para ter vindo para Porto Alegre era R\$ 10 milhões, para Canoas
635 são R\$ 10 milhões e para Sapucaia do Sul são R\$ 8 milhões. Ou seja, se eles
636 mandarem só para essas três cidades fechou o dinheiro. Então, eles definiram as
637 prioridades, o que vai ser Atenção Básica, o SAMU, as unidades de pronto-
638 atendimento, essas são as prioridades e os demais não serão repassados. Assim como
639 dos hospitais, que também tem um valor que era para ter repassado, o Governo
640 Estadual vai repassar apenas 40% do valor para os hospitais. Então, a gente levou isto
641 ontem para discutir e a gente está vendo quais são as medidas que vamos tomar em
642 relação a isto, porque, infelizmente, a situação financeira está caótica e dentro em
643 breve nós vamos colapsar com relação ao cuidado da saúde. Ontem a Secretário de
644 Saúde de Santa Maria esteve na reunião prévia da Comissão Intergestores Bipartite do
645 Estado, fazendo o relato do fechamento dos leitos de um hospital privado e que seria
646 também para o SUS e também o Hospital Universitário. Então, as pessoas estão
647 saindo do interior e vindo para Porto Alegre. Por isto eu pedi pauta. Na plenária da
648 Câmara de Vereadores já fiz isto, hoje mandei o ofício para apresentar o papel de
649 Porto Alegre na rede de cuidado de saúde do Estado. Pedi pauta aqui também para a
650 gente estar apresentando, vai ser apresentado dia 16 e todas essas dificuldades que a
651 gente está enfrentando, porque saúde não tem preço, mas ela custa e a gente não tem
652 mais condições de poder estar dando assistência e complementando. A gente está
653 muito preocupado com o que vai acontecer com a saúde do Entendimento do Rio
654 Grande do Sul e, conseqüentemente, para Porto Alegre, porque as pessoas quando
655 não conseguem no interior vêm para Porto Alegre, quando as pessoas não conseguem
656 em Porto Alegre nós vamos onde? Então, é uma preocupação que a gente tem, por
657 isso as medidas que a gente tem tomado para poder pelo menos sobreviver. Humberto,
658 a tua fala, é sempre muito bom te ouvir, porque a gente está passando por um
659 momento de crise ética, moral, de todas as crises possíveis aí. Eu acho que ouvir em
660 um encontro, com um tema tão importante, eu acho que pelo menos conforta um pouco
661 as nossas ações. Por fim, eu queria dar os parabéns para a Comissão Organizadora da
662 nossa conferência e das pré-conferências. O pessoal foi incansável, aí tem
663 trabalhadores, usuários, prestadores de serviço, gestores, que estiveram,
664 incansavelmente, em todas as pré-conferências. Tenho certeza que a nossa
665 conferência, apesar de termos tido que mudar o local da conferência, tenho certeza do
666 sucesso. Eu não sei, vereador... Vamos passar uns 3 minutos para ele falar também?
667 **O SR. MARCELO SGARBOSSA – Presidente da Cosmam - Câmara de**
668 **Vereadores/POA:** Boa noite a todos e a todas. Obrigado, Djanira, a quem eu
669 cumprimento aqui em nome do Conselho. Obrigado ao Secretário, recém pai, acabou
670 de cumprir a licença paternidade. Não são nem 3 minutos. Eu vim apenas a uma
671 reunião até agora, fizemos reuniões lá, analisamos relatórios do quadrimestre, depois
672 fizemos outra para ver os encaminhamentos, o Conselho sempre esteve presente. E a
673 Comissão de Saúde e Meio Ambiente está à disposição para as pautas. Acabamos de
674 fazer uma rodada de visitas aos hospitais, fomos ao PACS, ao HPV, fomos na Lomba
675 do Pinheiro. Então, a comissão está à disposição, seja para receber demandas e poder
676 discutir nos limites do parlamento. Eu sempre gosto difícil fazer esta fala para não criar

677 falsas expectativas. O nosso papel ali é ouvir e fazer encaminhamentos. Não somos
678 executivos, todos sabem disto, mas é o papel, o amadurecimento democrático,
679 entender o limite das instituições. Então, estamos abertos, estamos até o recesso, dia
680 15/07, com pautas agendadas, mas para o segundo semestre abertos a outros temas
681 que vocês podem nos trazer, o próprio Conselho ou individualmente, outras questões.
682 Então, um bom trabalho a todos e parabéns pelo controle social aqui tão vigoroso. **A**
683 **SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
684 **CMS/POA:** Então, vamos para a nossa pauta principal, que é Pauta: Relatório Final
685 **do GT dos Laboratórios.** Vocês sabem que este é um trabalho que foi tirado aqui, em
686 uma plenária do Conselho, vem de muito tempo e agora o grupo, que é formado pela
687 Débora Melechi, pelo Terres, pela Maria Letícia e pela outra moça, que eu nunca sei o
688 nome... A Consuelo, o Carlos, o Baltazar e a Dona Vera, que foi tirada nos últimos
689 tempos para acompanhar isto. Então, hoje eles vão apresentar o relatório final do que
690 aconteceu, como estão andando. Depois a gente vai tirar os encaminhamentos aqui.
691 Quero dizer a vocês que esses são os nossos representantes do Conselho Municipal
692 neste grupo. Tu que vais apresentar, Letícia? **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA**
693 **GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Eu
694 acho que vem a Débora, que vai dar início à apresentação, depois o Terres vai fazer a
695 explanação do trabalho, dos slides, depois o Baltazar. Então, a gente vai se
696 sucedendo, porque não dá para ficar todo mundo aqui, fica meio apertado. **A SRA.**
697 **DÉBORA MELECHI – Sindicato dos Farmacêuticos do RS:** Boa noite novamente.
698 Eu acompanho o GT dos Laboratórios desde 2006, GT que foi composto, constituído e
699 aprovado por plenária deste Conselho Municipal, devido a sua importância. E tivemos
700 ao longo desses anos a preocupação e o foco central na defesa do Sistema Único de
701 Saúde público e de qualidade, contra a terceirização dos serviços, contra a privatização
702 da saúde e, acima de tudo, a proteção da saúde da população no nosso caso de Porto
703 Alegre. E em específico sobre os laboratórios nós sentimos a necessidade de
704 dialogarmos com trabalhadores, com a gestão, com conselheiros, fiscalizar os
705 laboratórios do Município para entendermos como se dá o fluxo, o atendimento dos
706 pacientes, como era feita a grade de cotas de realização dos exames e, acima de tudo,
707 qual a qualidade desses exames que estávamos prestando ao Município de Porto
708 Alegre aos laboratórios privados a nossa população. E com toda esta trajetória quero
709 destacar, inicialmente, alguns pontos estratégicos. Primeiro, que o Município de Porto
710 Alegre não tem uma política para as análises clínicas de um laboratório central, mesmo
711 que mais ou menos em torno de 10 anos atrás já tínhamos uma proposta de uma
712 política aqui para o nosso Município. Um segundo aspecto é que está comprovado que
713 até, então, não existia contrato entre o Município e os laboratórios privados, e não
714 estava sendo respeitada a grade já existente no Município de repasse das cotas para
715 alguns laboratórios privados. Realidade, que após um trabalho árduo e sério deste
716 grupo de trabalho, resultou do Município de Porto Alegre abrir um chamamento público
717 e agora assinar contratos de trabalho. Então, nós já temos um encaminhamento que foi
718 provocado pelo nosso grupo de trabalho. Agora, não é só isto, também, muito nos
719 chama atenção o fato do Programa MADIA, que é utilizado no Município, entre o
720 repasse de informações dos resultados dos exames de laboratório não ter nenhum
721 contrato, não ter sido comprovado nenhum pagamento para esta empresa e nem por
722 quais critérios foram escolhidos este software. Isto foi detectado através, inclusive, de
723 fiscalização, investigação de auditoria do DENASUS. Agora, senhoras conselheiras e
724 senhores conselheiros, que eu quero realmente destacar, nós vamos abrir estes e
725 outros aspectos, mas quero aqui destacar um fato que entendo inadmissível que
726 estejamos passando. Nós termos companheiros deste GT, ter usuário questionando a
727 questão dos laboratórios, esta questão toda da falta de contratos, a preocupação da
728 privatização da saúde, estarem respondendo uma ação criminal. Este fato é

729 gravíssimo, porque, em primeiro lugar, está sendo afrontado o controle social. Todos
730 nós trabalhamos pela lógica, realmente, de transparência, de ética, pelo o que for
731 melhor para o povo gaúcho, pelo povo porto-alegrense. E esses colegas estão
732 respondendo a processo no cumprimento do seu dever e compromisso no âmbito do
733 controle social e correndo um risco enorme de serem prejudicados, não apenas nas
734 suas vidas pessoais, mas nas suas vidas profissionais. E aqui já deixo o
735 encaminhamento, que este plenário precisa se posicionar com uma moção de repúdio
736 a esta ação criminal que nossos companheiros estão respondendo neste momento. Eu
737 vou passar agora ao Terres, que vai detalhar o nosso trabalho nos últimos tempos.
738 Depois teremos a fala de outros dois companheiros do GT. Obrigada. **O SR. ALBERTO**
739 **MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço Social:** Boa noite a todos e a
740 todas. Nós vamos fazer esta apresentação de acordo com o que a Débora já fez a
741 introdução. Este é um grupo de trabalho, é o segundo relatório, tem o tema – analisar a
742 ausência de política de exame e diagnóstico de análises clínicas na Secretaria
743 Municipal de Saúde. Componentes do grupo de trabalho: Alberto Terres, representando
744 o CRESS; Antônio Baltazar, do Conselho Distrital Sul/Centro Sul; Carlos Eduardo
745 Sommer, do Conselho Distrital Santo Agostinho; Consuelo Freitas Peres, do Sindicato
746 dos Farmacêuticos; Débora Raimundo Melechi, Sindicato dos Farmacêuticos; Maria
747 Letícia de Oliveira Garcia, representante do Conselho Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal e
748 Vera Maria da Silva, do Conselho Distrital Nordeste. O objetivo geral: afirmar o SUS
749 estatal, universal, com equidade e contra a terceirização dos exames e diagnósticos de
750 análises clínicas. E pela valorização dos laboratórios públicos. O objetivo do primeiro
751 relatório que apresentamos em 08/05/2014, o objetivo era: analisar a ausência de
752 política de exames e diagnósticos, de análises clínicas da Secretaria Municipal de
753 Saúde de Porto Alegre e a relação com os laboratórios de análises clínicas privados, os
754 prestadores do SUS, vocês lembram que nós fizemos aqui a apresentação com os
755 conselheiros e outros que participaram, apresentação do primeiro relatório, fazendo um
756 diagnóstico do que era a ausência desta política de laboratórios na Secretaria
757 Municipal de Porto Alegre. Nós trouxemos aqui como resultado e deixamos uma série
758 de encaminhamentos e questionamentos para a Secretaria Municipal de Saúde, que
759 ficou de retornar para nós o resultado desta nossa análise, do diagnóstico feito por nós.
760 A metodologia que nós utilizamos na época para preparar este relatório para fazer este
761 estudo foi a escuta dos trabalhadores dos laboratórios. Nós conversamos com os
762 trabalhadores do laboratório do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, do Hospital
763 Presidente Vargas e do HPS. Nós fizemos a análise de documentos e relatório da
764 Comissão de Fiscalização, porque junto com a Comissão de Fiscalização nós visitamos
765 esses laboratórios, levantamos todas as informações que tínhamos para poder fazer
766 este diagnóstico. O segundo relatório, que é este que nós vamos apresentar hoje. O
767 presente relatório é resultado do trabalho desenvolvido pelo GT, constituído em reunião
768 ordinária do Conselho Municipal de Saúde, no dia 06/11/2014, que teve como objetivo
769 analisar a documentação proveniente do gabinete do Senhor secretário da Saúde de
770 Porto Alegre. Resultante do trabalho desenvolvido pela primeira formação do GT,
771 apresentado em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde em 08/05/2014,
772 que deliberou pelos encaminhamentos. Nós quando apresentamos aquele relatório
773 aqui para o Conselho Municipal de Saúde, nós também já havíamos feito vários
774 encaminhamentos, encaminhamentos que foram de entregar este resultado para a
775 Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Tribunal de
776 Contas da União, Tribunal de Contas do Estado. Fizemos todo este encaminhamento e
777 a partir daquele momento que entregamos este relatório a Secretaria Municipal de
778 Saúde começou a ser demandada por esses órgãos, a comprovar, a explicar todas as
779 denúncias que nós fizemos, seja o Tribunal de Contas, o Ministério Público...
780 Começaram a cobrar do, então, secretário, o porquê daquelas denúncias e comprovar

781 se eram verdadeiras ou não. Aí o que aconteceu? O secretário... Então, o secretário à
782 época, o ex-secretário Casartelli, resolveu encaminhar uma série de documentos para
783 o Conselho Municipal de Saúde, no qual nós fizemos uma leitura que ele começou a
784 produzir documentos, encaminhando para a Coordenação do Conselho a fim de dar
785 resposta àquilo que nós vínhamos cobrando em torno de 10 anos. Eu faço essa
786 discussão dos laboratórios, e os conselheiros que aqui estão, não é de hoje, eu sou
787 conselheiro desde 2006. No entanto, eu denunciei esta falta de política desde 2004,
788 quando eu comecei a trabalhar no laboratório do PA Bom Jesus, que a gente vem
789 fazendo este debate e discutindo esta desestruturação daquilo que não existe, que é
790 uma política. A partir de toda esta discussão, de todos esses documentos que nós
791 analisamos.... Ou melhor, estas foram as propostas encaminhadas pelo primeiro
792 relatório. Nós fizemos relatórios, encaminhamos, apresentamos aqui no Conselho e
793 deixamos estas questões para serem respondidas pelo, então, Secretário Casartelli:
794 “Que a Secretaria Municipal de Saúde apresente um estudo em 30 dias, justificando a
795 terceirização dos exames e diagnósticos de análises clínicas”. Nós sabemos que nós
796 queremos um SUS público e universal. Aqueles serviços que são comprados devem
797 ser complementares ao Sistema Único de Saúde. Então, para ver a terceirização de
798 todos esses exames tinha que demonstrar um estudo para nós de que a Secretaria
799 Municipal de Saúde não tinha condições de fazer esses exames a partir dos seus
800 laboratórios públicos e que nós entendemos que tem condições de fazer. Pode apenas
801 contratar aqueles serviços no qual a Secretaria, os laboratórios não têm capacidade
802 técnica para fazer. Então, solicitados aqui que eles apresentassem em 30 dias uma
803 justificativa dizendo: “Olha, estou terceirizando os exames em função de tais e tais
804 justificativas”. Não apresentou. Que o secretário apresentasse em 15 dias ao Conselho
805 Municipal de Saúde, os contratos com a UFRGS, do Laboratório da Universidade
806 Federal do Rio Grande do Sul para realizar exames e coleta nos postos IAPI e Pronto
807 Atendimento Cruzeiro do Sul. Como nós vínhamos pressionando há muito tempo a
808 questão da terceirização dos exames, em determinado momento o Secretário resolveu:
809 “Bom, agora eu vou passar esses exames para a Universidade Federal do Rio Grande
810 do Sul”, foi falar com o Hospital Conceição para ver se realizava os exames de análises
811 clínicas, também procurou até o Hospital de Clínicas para fazer os exames para mudar
812 o discurso e dizer: “Olha, eu estou encaminhando para a UFRGS”. Portanto, a UFRGS
813 é uma instituição pública, não é terceirização. No entanto, nós questionamos, porque
814 quando a UFRGS começou a fazer coleta no Laboratório do IAPI, lá no Pronto
815 Atendimento Cruzeiro do Sul, não veio para este Conselho, conforme manda a
816 legislação, nenhum tipo de contrato ou convênio. Então, era um dos nossos
817 questionamentos: como se dá esta relação entre a Secretaria Municipal de Saúde e os
818 laboratórios privados, e naquele momento o laboratório da UFRGS? Até porque
819 tínhamos a informação, Vereador Sgarbossa, de que a UFRGS não tinha capacidade
820 física e nem técnica para estar realizando os exames que estavam sendo
821 encaminhados para área. Então, nós solicitamos que em 15 dias nos apresentassem o
822 contrato e até hoje não apresentou contrato. Apresentar em 30 dias cópia dos contratos
823 com todos os fornecedores de equipamentos e kits para exames de diagnóstico. Isto
824 significa que nós tínhamos denúncia também de que empresas estavam sendo
825 beneficiadas na compra, até por não haver licitação, que as empresas estavam sendo
826 beneficiadas na venda de equipamentos, na venda através de comodato, enfim, para a
827 Secretaria Municipal de Saúde. Aí nós solicitamos, então, digo, cópia de todos os
828 contratos com as empresas que estavam fornecendo equipamentos e kits para a
829 realização dos exames. Não apresentou. Aqui é outro questionamento que deixamos
830 foi como a Secretaria Municipal de Saúde faz um controle de qualidade dos exames
831 realizados nos 15 laboratórios conveniados. Esses 15 laboratórios conveniados só nos
832 foram apresentados quando lá em 2012, com a aprovação da lei de acesso à

833 informação nós solicitamos através da lei de acesso à informação estas respostas. A
834 Secretaria, passando por seus secretários todos, desde a época do Secretário que foi
835 abatido, o Eliseu Santos, depois passaram os outros secretários, não responderam
836 para nós e nós questionando. Aí nós tivemos que pegar através da lei de acesso á
837 informação, aí que nós descobrimos que eram 15 laboratórios que prestavam serviço
838 para a Secretaria Municipal de Saúde. Até, então, a Secretaria se negava a dar
839 qualquer informação. Aí veio para nós, que eram 15 laboratórios. Aí perguntamos:
840 “Como se dá o controle de qualidade?” Nós sabemos que os laboratórios públicos têm
841 controle de qualidade interno e externo. É muito importante o exame que sai de lá ter
842 uma qualidade para que o próprio médico possa a partir daí prescrever com confiança
843 naquele exame. E nós sabemos que em todo e qualquer ramo de serviço tem aqueles
844 que têm uma qualidade que presta um bom serviço, que entrega para a população um
845 bom produto e tem aqui
846 eles que não entregam um bom produto. Isto não foge também dos laboratórios. Aí o
847 secretário nos diz que a Vigilância sanitária que fazia o controle de qualidade. E não é
848 a Vigilância Sanitária que faz o controle de qualidade, a Vigilância tem uma série de
849 critérios para fornecer o alvará e outras medidas, que não é controle de qualidade de
850 resultado de exames. Então, aqui faltou com a verdade o Secretário. “Que todos os
851 gastos com os laboratórios sejam apresentados nos relatórios de prestação de contas”.
852 Não apresentou. E nós sabemos, porque nós avaliamos aqui os relatórios de
853 prestações de contas e vocês podem olhar, não tem lá os valores gastos com
854 laboratórios de análises clínicas, laboratórios privados. Era uma das nossas
855 solicitações, nós queríamos saber do investimento da Secretaria com os laboratórios
856 públicos e laboratórios privados, até para que se pudesse fazer um comparativo, haja
857 vista que este dinheiro é o dinheiro do Sistema Único de Saúde. A partir, então,
858 entregamos esse encaminhamento para a Secretaria, que não nos respondeu. Nós
859 tivemos, a partir desses documentos que o Secretário começou a mandar para o
860 Conselho, de retomar o trabalho do GT para que o GT pudesse analisar uma série de
861 documentos que o Secretário começou a encaminhar. Aí retomamos e agregamos
862 neste GT também os usuários que nós já colocamos, já denominamos aqui para
863 participar conosco. Então, este grupo de trabalho realizou 09 encontros nos meses de
864 dezembro de 2014 a junho de 2015. Tendo realizado neste período visita ao
865 Laboratório Central, cujo relatório se encontra anexo a este relatório que vamos
866 entregar. Esta aqui é uma das reuniões do nosso GT aqui no Conselho Municipal de
867 Saúde, esses são os documentos, uma pequena parte dos documentos que o
868 Secretário começou a nos encaminhar, quando ele começou a ser cobrado pelos
869 órgãos de controle externo começou a produzir documentos e a encaminhar. Eu acho
870 que com a expectativa de que nós não fossemos ler os documentos e fizemos a leitura
871 não só desses documentos, mas de tantos outros que tem, como caixas iguais a essas
872 que estão aqui, e uma que está ali do meu lado. É uma série de documentos que a
873 gente foi lendo um por um. Esta aqui é uma reunião do GT com o DENASUS, o
874 DENASUS veio fazer auditoria na Secretaria Municipal de Saúde, a partir das nossas
875 denúncias e essa foi uma das reuniões que nós fizemos. Aqui continua com o
876 DENASUS. E aqui é um relato das reuniões que nós fizemos, sendo reunião em 02 de
877 dezembro. Reunião em 09 de janeiro de 2015, com a leitura dos relatórios. Dia 09 de
878 janeiro com a leitura dos relatórios produzidos pelos membros do GT. Dia 30 de janeiro
879 de 2015 apresentação da metodologia em processo de inspeção realizado pela
880 Vigilância nos laboratórios. Naqueles documentos ali o Secretário nos encaminhou
881 vários relatórios da própria Vigilância Sanitária, que fez a fiscalização em vários
882 laboratórios. Vários laboratórios daqueles 15 ali, tinha vários laboratórios. O que nós
883 detectamos ali? Se algum desses laboratórios em algum momento (teve) a sua atuação
884 interdita pela Vigilância Sanitária. Aí isto nos causou estranheza, porque se a

885 Vigilância Sanitária vai lá e interdita determinado laboratório que presta serviço para a
886 Secretaria Municipal de Saúde, este laboratório tem que fechar ou pelo menos tem que
887 estar explicado. E os laboratórios continuavam prestando serviço, mesmo com a
888 negativa da Vigilância Sanitária e recebendo verba do Sistema Único de Saúde. Aí nós
889 resolvemos, então, chamar a Vigilância Sanitária para conversar conosco. Aqui é mais
890 uma reunião, do dia 13 de fevereiro, que foi o encontro final do grupo com os auditores
891 do DENASUS. Nesta ocasião ficou definido realizar visita no Laboratório Central, foi
892 também avaliada a interdição do laboratório da faculdade de farmácia da Universidade
893 Federal do Rio Grande do Sul. A partir desta nossa ação, veio aqui a Vigilância
894 Sanitária, nós conversamos com eles, discutimos esta questão da falta de contrato da
895 UFRGS e também dissemos a eles que nós tínhamos denúncias que a UFRGS, que a
896 UFRGS não tinha capacidade física e técnica para estar fazendo aqueles exames,
897 mesmo que o Secretário estivesse encaminhando para nós documentos dizendo:
898 “Olha, estou mandando para a UFRGS mais 20 mil exames; estou enviando para a
899 UFRGS mais 30 mil exames”. Portanto, isto não é terceirização. A Vigilância, então,
900 depois da reunião com o GT esteve fazendo uma fiscalização no Laboratório da
901 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Interditou o laboratório, total, 100% do
902 laboratório da UFRGS. A Universidade do Rio Grande do Sul foi interdita a partir da
903 ação deste GT. Então, isto nós definimos aqui. Reunião dia 23 de fevereiro, visitamos o
904 Laboratório central. Dia 17 de abril, encontro onde compareceu a Sra. Fernanda
905 Fernandes, Coordenadora da Gerência de Regulação e serviço em saúde, a fim de
906 informar a respeito dos exames laboratoriais realizados em 2012. Nós solicitamos a
907 presença da coordenadora da GRSS no GT, nós queríamos saber, já que é a GRSS
908 que cuida da questão das cotas, o que ela envia de cota para cada laboratório, como
909 escolhe cada laboratório para prestar serviço para o Município, nós gostaríamos de
910 saber da gerência como se dá este processo de não ter contrato e tu chamares um
911 laboratório: “Vem cá, tu queres fazer 30 mil exames? Tu queres fazer 40 mil exames?
912 Tu queres fazer 50 mil exames?” E se não tem contrato como que é esta relação? Aí
913 chamamos a coordenadora, que disse que não poderia responder, porque ela não
914 estava na gerência à época e falar da gestão anterior seria um problema ético. Aí nós
915 ficamos boquiabertos, né, porque nós não estamos falando da questão ética daquela
916 pessoa que está ali ou da vida dela, nós estamos falando de gestão, gestão dos
917 recursos do Sistema Único de Saúde. E isto o servidor público tem obrigação de dar
918 informação. Até porque nós estamos aqui enquanto GT deliberado por este Conselho,
919 que só existe porque existe uma legislação que garante a possibilidade de fazer a
920 fiscalização. No dia 24 de abril, neste encontro o GT definiu por não acolher a
921 solicitação da Senhora Secretária Adjunta para que o GT oficializasse novamente a
922 presença e a oitiva da Coordenação da Gerência. A Secretária Adjunta solicitou, nós
923 encaminhamos para ela... E ela está aqui ao meu lado, a minha esquerda, felizmente.
924 Disse: “Encaminhe para nós um novo ofício solicitando a presença da Gerente”. Aí nós
925 nos negamos, porque nós havíamos solicitado e esta era uma forma de burocratizar o
926 trabalho do GT. Se veio ali a gerente no momento e não quis responder nós não
927 tínhamos que enviar um novo documento. Então, nesta reunião a gente resolveu: “Nós
928 não vamos encaminhar e o ônus é da Secretaria Municipal de Saúde por não ter
929 colocado para nós essas informações”. Bom, aqui a gente coloca alguns dados, que é
930 a veracidade dos indícios de irregularidades, porque tudo aquilo que nós apontamos de
931 irregularidade e que encaminhamos para a Polícia Federal, para todos os órgãos de
932 controle, não foi porque alguém do GT acordou um dia e resolveu acusar a Secretaria
933 Municipal de Saúde. Não, só fizemos isto, seu Pozzobon, porque existiam indícios, que
934 aqui passo a apresentar: em 04/02/2015 a Vigilância Sanitária interditou o laboratório
935 da UFRGS e lá na conclusão do relatório da Vigilância Sanitária diz o seguinte:
936 “Ausência de condições físicas e técnicas”, já demonstrado neste relatório completo

937 encaminhado pela Vigilância. Indicamos a interdição de serviço. Esta é a conclusão da
938 Vigilância em relação ao laboratório da UFRGS. Agora vocês podem avaliar o que
939 significa “ausência de condições físicas e técnicas”. Aqui existia um problema, que era
940 a terceirização dos exames, porque os exames que a UFRGS recebia, ela não tinha
941 condição e capacidade de fazer aqueles exames e repassava para os laboratórios que
942 a secretaria não sabia. É, não sabia, mas terceirizava os exames. E nós
943 perguntávamos para a Secretaria: “Vem cá, mas vocês têm informação que
944 laboratórios são esses que estão recebendo esses exames da UFRGS? Não, nós
945 entregamos para a UFRGS”; mas tudo bem. Então, terceirizava. O Laboratório Felipe
946 e o Laboratório Bioanálise ingressaram com ações judiciais contra a Secretaria
947 Municipal da Saúde, arguindo os motivos apontados pelo GT. Todo o processo de
948 discussão e debate que nós vínhamos fazendo em relação à terceirização, cobrando e
949 pressionando a gestão, dizendo que a terceirização não é a melhor saída para se fazer
950 gestão, em determinado momento a Secretaria começou a dizer da seguinte
951 justificativa: “Nós estamos fazendo um chamamento público, que é um dos
952 instrumentos da Lei nº 8666/93”. Aí se passou um ano, dois anos, se passaram três
953 anos e essas eram as desculpas do tal chamamento público. Até que fizeram o
954 chamamento público, mesmo nós não concordando com este chamamento público,
955 mas a Secretaria fez. Aí fez o chamamento público e lá ela tirou os laboratórios
956 habilitados, que ficaram em 12 laboratórios habilitados. Dentro desses laboratórios o
957 Laboratório Felipe e o laboratório Bioanálises, entraram no chamamento público e a
958 partir disto foram habilitados, se foram habilitados eles têm que prestar serviço à
959 Secretaria Municipal de Saúde, porque era esta a justificativa, Vereador Marcelo
960 Sgarbossa. E o que aconteceu? Em determinado momento o ex-Secretário Casartelli
961 resolveu simplesmente tirar as cotas desses laboratórios e “vocês não prestam mais
962 serviço para a secretaria”. E a justificativa do ex-Secretário era de que o Conselho
963 Municipal de Saúde estava cobrando a terceirização. Então, ele tinha que dar resposta
964 ao Conselho Municipal de Saúde. Isto está documentado, assinado e documentado
965 pelo ex-Secretário Municipal de Saúde, que colocava lá no final do ofício 100% SUS. Aí
966 o que acontece? Esses laboratórios prejudicados entraram na justiça, aí obtiveram
967 liminar. No caso do laboratório Felipe, pelo Dr. Juiz José Antônio Coutinho. E o que
968 arguia o Laboratório Felipe? Ressaltou que recebeu R\$ 23.214,40 de contribuições de
969 cotas. Enquanto os demais laboratórios receberam a quantia de R\$ 79.800,00. A ação
970 está aqui, o número da ação do Conselho Nacional de Justiça, provado e comprovado.
971 Qual é a discussão que a gente traz em relação a isto aqui? Primeiro, o Secretário
972 disse para nós em vários momentos de que ele pagava única e exclusivamente os
973 valores de cada exame pela tabela SUS, ou seja, fez exame de glicose? Custa R\$
974 2,00. Fez exame de hemograma? Custa R\$ 5,00 cada exame de hemograma.
975 Inclusive, aqui neste plenário o Secretário disse que o dinheiro repassado, o valor
976 atribuído aos exames era míseros reais, mas aqui eles não colocam a produção feita.
977 Contribuições de cotas, não dizem: “fiz 20 exames, cada exame custava R\$ 2,00 e eu
978 recebi “x”. Não, são contribuições de cotas. Então, mais uma vez o GT estava
979 apontando uma coisa correta. Não existia critério para mandar para pagamento esses
980 laboratórios, que para um pagava R\$ 23 mil e para o outro pagava R\$ 79 mil. Ai
981 reclamou na justiça e levou a liminar. Voltou a fazer os exames para Secretaria
982 Municipal de Saúde porque o juiz entendeu isto. Não existe critério, portanto, vocês têm
983 que voltar a fazer os exames. No caso do Bioanálises é a mesma situação, também
984 passou, foi aprovada neste chamamento público e o Secretário retirou a cota deles. Aí
985 ele alegou o seguinte, aí a Doutora, juíza, enfim, Carolina Cabral Caminha, foi a que
986 cedeu a liminar para o laboratório. Aí a alegação é: alegou que sempre recebeu no
987 rateio e exames de cotas mínimas para este. Ressaltou que recebeu R\$ 19.661,72 de
988 contribuições de cotas, enquanto os demais receberam a quantia de R\$ 244.901,70.

989 Aqui está o número da ação, do Conselho Nacional de Justiça. Qual é o critério
990 utilizado, o que nós perguntávamos, para que um receba R\$ 19 mil e o outro receber
991 R\$ 244 mil? Mais uma vez a juíza foi lá e deu ganho de causa para este laboratório
992 para voltar a fazer os exames. Ou seja, mais uma vez significa que o GT estava correto
993 em estar arguindo isto, porque a Secretaria não apresentava para nós. Outros dados
994 que a gente levanta: a inexistência de contrato com a Infocerta, fornecedora do sistema
995 MADIA. Este Sistema MADIA é um software de gestão laboratorial, utilizado para o
996 interfaciamento dos dados. A Infocerta doou recursos para a campanha do ex-
997 Secretário Casartelli. Esta discussão nós vínhamos fazendo a algum tempo, que é a
998 falta de contrato e esta relação entre o público e o privado. Como se dá esta relação
999 que tu não tens contrato, mas quando chegar na campanha tu chegas e diz: “Tchê, tu
1000 não queres me dar um troquinho para a minha campanha?” É contra isto que nós
1001 lutamos e é por isto que a gente questiona a questão da terceirização, nós somos
1002 contrários á terceirização, porque ela possibilita este tido de relação. O outro, a diretora
1003 técnica do Unilab, que era prestadora de serviço, fez doações para a campanha do ex-
1004 Secretário Casartelli, fonte do Tribunal Regional Eleitoral, eleições 2012. Este
1005 Laboratório Unilab, quando o secretário resolveu por ele próprio, porque era o dono, ele
1006 resolveu: “Não se faz mais análises clínicas no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul e
1007 vamos passar a fazer exames públicos agora”. Aí o secretário foi e passou esses
1008 exames para o Unilab. O Unilab recebeu graciosamente, imagina, está recebendo, no
1009 contrato tu não tens nada... **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
1010 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Terres, já passaram 35 minutos. Quanto
1011 tempo tu precisas mais ainda? **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho**
1012 **Regional de Serviço Social:** Tempo necessário para apresentar, porque esta era uma
1013 pauta única, Coordenadora, e são importantes esses dados que estamos relatando
1014 aqui. Infelizmente, nós “perdemos” um bom tempo nos informes que são necessários,
1015 mas este aqui também é muito necessário que a gente consiga dar continuidade a ele.
1016 Por favor. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
1017 **Coordenadora do CMS/POA:** É que as pautas sempre são combinadas por 20
1018 minutos, nós combinamos 30 e, então... **O SR. ALBERTO MOURA TERRES –**
1019 **Conselho Regional de Serviço Social:** Vou tentar acelerar. Então, a diretora técnica,
1020 esta da Unilab, este laboratório chegou a receber em um mês mais de R\$ 180 mil em
1021 um mês e ele acabou colocando. Quando foram retirados os exames de análises
1022 clínicas do laboratório, ele colocou funcionários dentro do laboratório público, utilizando
1023 todos os insumos pagos pela Secretaria para realizar os exames. Aí, obviamente, na
1024 época da campanha, foi lá e repassou para o Secretário, digamos, uma pequena
1025 quantia para ajudar na campanha. Inexistência de contrato com os laboratórios
1026 privados, ferindo a Lei nº 8666/93. Isto aqui é um ofício que o próprio Secretário
1027 encaminhou quando foi demandado pelo juiz José Antônio Coutinho. O Secretário
1028 Municipal de Saúde mandou um ofício, o 001/2015, dizendo que não tinha contrato, há
1029 40 anos não tinha contrato em Porto Alegre. Portanto, tu podes continuar com esta
1030 relação espúria entre a Secretaria municipal de Saúde e os laboratórios privados.
1031 Inexistência de atas das reuniões da CCLAB, CCLAB é a Comissão de cadastro de
1032 Insumos e Produtos de Laboratórios. Esta CCLAB é responsável pela validação dos
1033 equipamentos de compras de kits para a realização de exames. Chega um
1034 equipamento no laboratório, ele é preciso ser testado, depois de testado ser validado.
1035 Então, esta CCLAB era responsável. No entanto, nas próprias compras havia denúncia
1036 de favorecimento de empresas, inclusive, com participação de servidores. Aí o que a
1037 gente coloca aqui? O Conselho solicitou as atas da CCLAB, até hoje não chegaram,
1038 porque o regimento interno da CCLAB diz que para validar o equipamento tu tens que
1039 reunir toda a comissão. No que nós sabemos é esta comissão não se reunia na
1040 totalidade para validar, ela era validada por um, dois funcionários para validar o

1041 equipamento. E muitas vezes os funcionários pressionados para validar este
1042 equipamento, porque este equipamento pertencia a uma determinada empresa. Aqui é
1043 a questão dos gastos, os gastos com laboratórios privados gira em torno de R\$ 1.200
1044 milhões/mês, chegando a R\$ 15 milhões/ano. Este montante de recurso não consta no
1045 relatório de gestão, não é apresentado para o relatório de gestão, apresentado para o
1046 Conselho municipal de Saúde. Ou seja, sem prestação de contas, são R\$15
1047 milhões/ano do Sistema de Saúde Único que não é prestado contas para nós; mas ele
1048 pode ir para outros lados, como a gente já mostrou aqui, tem outros caminhos, outros
1049 dutos. Propostas de encaminhamentos, que nós já fizemos a partir de todo este
1050 processo, nós estamos propondo para o Secretário Fernando, várias propostas que eu
1051 acredito que o Secretário Fernando tem boa vontade e já disse que quer dar conta
1052 deste processo, ele quer melhorar a situação. Então, a gente está apresentando tudo,
1053 tudo que nós apresentarmos aqui com certeza é factível para a Secretaria Municipal de
1054 Saúde, basta boa vontade política. Criação de uma coordenação na Secretaria
1055 Municipal de Saúde, que seja responsável pela elaboração de uma política municipal
1056 de exames e diagnósticos. Nós não podemos fazer uma política em um laboratório do
1057 PACS, uma política no HPV, uma política no HPS, tem que ter uma política com uma
1058 coordenação que consiga fazer uma discussão e trabalhar com isto do ponto de vista
1059 até mesmo da economia. Cumprimento da Lei nº 8666, que é a lei das licitações, para
1060 a contratação de laboratórios privados para a realização de exames de forma
1061 complementar. Nós temos que fazer a licitação, e se for necessário tu contratas um
1062 dos laboratórios privados. Realizar concurso público para a contratação de
1063 profissionais dos laboratórios técnicos e auxiliares administrativos, bioquímicos,
1064 biomédicos e farmacêuticos. Apresentação de um plano de retomada gradativa da
1065 realização de análises clínicas pelos laboratórios públicos. Nós temos que potencializar
1066 os laboratórios públicos e voltar a fazer os exames, que, com certeza, esses
1067 trabalhadores, os laboratórios têm condições de fazer. Agora, tem que valorizar, tem
1068 que potencializar, tem que investir nos laboratórios. Que a Vigilância Sanitária realize
1069 uma vistoria no Laboratório central e apresentar um relatório da fiscalização ao
1070 Conselho Municipal de Saúde em um prazo de 30 dias. Nós fizemos uma visita ao
1071 Laboratório Central, e são precárias as condições do laboratório, sem condições dos
1072 trabalhadores. E, até mesmo, no nosso entendimento, compromete inclusive a própria
1073 realização dos exames que tem lá, por várias questões, uma delas é até mesmo o
1074 próprio ambiente, o calor, não existe climatização para dar conta de um exame, do
1075 resultado de um exame com qualidade. Troca imediata dos gerentes do laboratório do
1076 HPV e do PACS. Por que nós pedimos esta troca imediata? Esses funcionários do
1077 Hospital Presidente Vargas e do PACS, os gerentes, eles estão há muito anos
1078 gerenciando e foi sob a gerência deles que tudo isto está acontecendo. Bom, se foi sob
1079 a gerência deles que isto está acontecendo, nós temos que trocar e colocar outros
1080 funcionários, outros trabalhadores lá, para que eles possam junto com a equipe dar
1081 conta daquilo que nós estamos pedindo. Revogação imediata da portaria que criou o
1082 GT da Secretaria Municipal de Saúde, de reestruturação dos laboratórios e propiciar a
1083 participação e representação dos técnicos de laboratórios, biomédicos, farmacêuticos,
1084 indicados pelos trabalhadores. A partir das nossas denúncias e do que está
1085 acontecendo, a Secretaria criou um GT, um grupo de trabalho reestruturar e fazer um
1086 diagnóstico de como estão os laboratórios hoje para a partir daí tomar uma decisão. No
1087 entanto, desses três que fazem parte do GT dois são os gerentes do HPV e do PACS.
1088 Aí não dá! Se tem denúncias, tem problemas que a gente está colocando, aí tu chamas
1089 essas pessoas para fazerem parte deste GT para reestruturar os laboratórios? Bom,
1090 isto não existe na vida, na administração pública não existe isto. Então, queremos que
1091 se revogue esta portaria, que faça uma discussão e monte um outro GT com a
1092 participação dos técnicos de laboratórios, a participação dos bioquímicos,

1093 farmacêuticos e biomédicos. É a forma mais democrática da gente construir. Até
1094 porque este conjunto de trabalhadores tem muito a contribuir com a Secretaria, porque
1095 conhecem, estão lá há muitos anos, Secretário, e conhecem muito bem como funciona,
1096 de cabo a rabo, aqueles laboratórios. Então, isto é uma demonstração de que acredita
1097 nesses funcionários, de que sabe que eles podem contribuir com a Secretaria. Aqui são
1098 as auditorias que estão acontecendo, Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas
1099 da União, o Tribunal de Contas do estado e o DENASUS, que foi concluído no dia 23.
1100 Finalizando, esta parte que é mais técnica, a gente vem para aquilo que é do nosso
1101 ponto de vista por ação que já aconteceu nos últimos anos, desde que estou aqui neste
1102 Conselho, que é a criminalização dos conselheiros. Existe uma ação penal com este
1103 número aqui, patrocinado pelo ex-Secretário Casartelli, que ingressou com esta ação
1104 penal contra os conselheiros Alberto Terres, Maria Letícia e Paulo Rogério. Eu e a
1105 Letícia porque fazemos parte do GT, o Paulo Rogério porque na plenária que nós
1106 apresentamos ousou a se inscrever e fazer comentários, também entrou na ação penal
1107 pelo Secretário Casartelli. E as testemunhas contra nós é o atual Secretário Fernando
1108 Ritter e a sua assessora Lívia Lávina. Eu quero dizer a vocês que o problema não é
1109 esta ação penal contra nós, este GT foi aprovado por este Conselho, foi discutido neste
1110 Conselho. Então, esta ação não é apenas a nós três, esta ação é uma ação crime, uma
1111 ação penal contra o Conselho Municipal de Saúde, contra o controle Social, contra os
1112 movimentos sociais, que só poderá ser comparado aos tempos anteriores à
1113 redemocratização do país, na ditadura, onde pessoas que falavam, pessoas que
1114 reclamavam eram perseguidas, eram presas, eram torturadas e eram banidas do país.
1115 Era desta forma com que o Governo daquela época resolvia amordaçar e calar a boca
1116 daqueles que ousavam reclamar. E é isto que está acontecendo aqui. Nós ousamos,
1117 este Conselho Municipal, através do GT, nós ousamos questionar a prática de gestão
1118 do, então, ex-Secretário Carlos Casartelli. E, infelizmente, infelizmente para nós, nós
1119 temos o atual Secretário como testemunha, temos a sua assessora como testemunha.
1120 Se tu és testemunha contra alguém significa que tu coadunas com aquilo que está
1121 sendo colocado na ação. Tu também és favorável, dizendo que nós somos criminosos.
1122 E o que está sendo colocado aqui é que nós somos criminosos, por isto que na ação
1123 pede em torno de três ou quatro anos de prisão para nós, isto está na ação. Eu não
1124 estou mentindo aqui, é só pegar a ação e ler. É isto que eles estão pedindo para nós.
1125 Então, quero dizer a vocês e ao Secretário, a todos que estão aqui, que esta ação
1126 colocada para nós, para mim é muito pouco para me calar, é muito pouco. Eu sou
1127 militante há mais de 30 anos, a Letícia é militante há muitos anos, o Paulo Rogério é
1128 militante há muitos anos, isto é muito pouco para nos calar, inventem uma outra forma
1129 de nos calar que não será está. Nós vamos continuar defendendo o Sistema Único de
1130 Saúde, porque o Sistema Único de Saúde não é meu, não é seu, não é de ninguém, o
1131 Sistema Único de Saúde é do povo brasileiro e é pelo povo brasileiro que nós estamos
1132 aqui fazendo a defesa, denunciando. (Aplausos da plenária). É por este trabalho que
1133 todos vocês estão aqui, sem receber um centavo, pagando a passagem do seu bolso
1134 para fazer a fiscalização que está na Constituição Federal. E para garantir isto, muitos
1135 tombaram, muitos foram presos, muitos morreram na luta para poder defender o nosso
1136 direito de falar, o nosso direito de reclamar e fiscalizar a coisa pública. Então, eu volto a
1137 repetir, isto é muito pouco. Inventem uma outra forma de nos calar, por favor. eu quero
1138 aqui para vocês... Desculpa, mas eu acabo me emocionando, porque isto é resultado
1139 de uma luta que a gente faz no dia a dia. Infelizmente, a gente encontra este tipo de
1140 gestor. Eu quero deixar aqui para vocês um poema do Bertolt Brecht: "Primeiro levaram
1141 os negros, mas não me importei com isso, eu não era negro. Em seguida levaram
1142 alguns operários, mas não me importei com isso, eu também não era operário. Depois
1143 prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso, porque eu não sou
1144 miserável. Depois agarraram uns desempregados, mas como tenho meu emprego,

1145 também não me importei. Agora estão me levando, mas já é tarde. Como eu não me
1146 importei com ninguém, ninguém se importa comigo”. Hoje fomos nós três, amanhã
1147 poderá ser todos vocês. Portanto, nós não podemos nos calar. Obrigado! (Aplausos da
1148 plenária). **Baltazar. O SR. ANTÔNIO IIDO BALTAZAR – CDS Sul/Centro-Sul:** Aqui do
1149 ponto de vista do usuário, eu tive um grande orgulho de fazer parte deste grupo de
1150 trabalho. Eu acho que, sob o meu prisma, o que eu percebi da unidade de Pronto
1151 Atendimento da Cruzeiro do Sul, no laboratório já existente, o que é o trabalho neste
1152 pronto atendimento? É o acolhimento, é a consulta e o prognóstico. Este prognóstico
1153 só pode ser válido e seguro para o médico que faz a análise, o atendimento do
1154 paciente, através de um exame. O exame é que vai dar certificação da validade correta
1155 da doença ou do tratamento do paciente, do usuário. Por isto me causa estranheza o
1156 que vem contra todos os princípios de logística, sucatear um laboratório que está
1157 funcionando, que é real, que está estruturado, este laboratório de análises clínicas
1158 desta unidade de pronto atendimento que eu chamo, que é lá da Cruzeiro. Eu mesmo
1159 tive a experiência própria quando precisei, levei a minha filha... Que e uma mesma
1160 tarde ela foi atendida, atendimento, exame, diagnóstico e medicação. Hoje o que a
1161 gente vê lá, talvez para jogar uma cortina de fumaça em cima do nosso grupo de
1162 trabalho, para averiguar esses problemas todos os laboratórios, hoje fizeram a toque
1163 de caixa tipo um container no quarto piso, sem as mínimas condições. Eu não sou da
1164 área médica, eu sou da área química também, mas da área privada. Este laboratório
1165 que tem lá, que fizeram a toque de caixa, este container, nem o laboratório industrial
1166 opera naquelas condições que os trabalhadores estão trabalhando lá, com todo risco.
1167 Aí eu me pergunto: não sou da área de saúde diretamente, agora, por que construir no
1168 quarto piso se poderia fazer ali, próximo? Poderia fazer próximo, a sequência:
1169 atendimento, coleta de exame e laboratório. Por que fizemos no quarto piso? Eu acho
1170 uma coisa descabida. Então, sob o ponto de vista operacional, o risco dos servidores
1171 que lá trabalham expostos a toda sorte e risco, inclusive, com a possibilidade de
1172 comprometer a qualidade do trabalho, com todo o esforço profissional, a veracidade
1173 dos exames. Se fala em custos, orçamentos, por que mexer no que está funcionando
1174 ao invés de azeitar e melhorar a funcionalidade da engrenagem? Por quê? Se estava
1175 boa a coisa, né, se tem as unidades básicas de saúde, tem os pronto atendimentos,
1176 com o laboratório junto, por que terceirizar? Por que passar para os outros se lá está
1177 funcionando? O que pode acontecer com isto? Vai, positivamente, diminuir as
1178 emergências na média e alta complexidade, porque é resolvido em um primeiro
1179 momento o problema. Aí, no caso do critério médico, do exame, ele vai encaminhar ou
1180 não de uma forma otimizada para a média e alta complexidade. Então, nós não
1181 devemos mexer no que está bom, nós precisamos melhorar o que não está bom.
1182 Então, eu acho que nós do Conselho de Saúde não somos apenas um apêndice
1183 institucional, uma organização criada para atender uma demanda jurídica. Nós aqui
1184 somos sérios, somos efetivos, somos leais e responsáveis. Muito obrigado! (Aplausos
1185 da plenária). **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS**
1186 **Glória/Cruzeiro/Cristal e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Eu gostaria, em
1187 nome do GT e da Coordenação do Conselho de agradecer à participação de todos os
1188 que se envolveram neste trabalho, desde a primeira etapa, que teve início em 2006,
1189 que a gente fez uma primeira organização de GT, que depois não foi à frente. Depois,
1190 em 2012, a gente retomou em função, inclusive, de uma reunião do Conselho Distrital
1191 de Saúde que nós tivemos a presença dos trabalhadores fazendo referência a toda
1192 esta situação, que foi descrita pelo Terres. E uma delas foi a questão dos exames de
1193 análises clínicas que até, então, eram feitos pelo LABCEN, que é o Laboratório Central,
1194 e passaram a ser realizados, coletados pelos servidores do PACS, pelos funcionários,
1195 mas, porém, eram processados no Laboratório UNILAB. Logo a seguir, quando a gente
1196 denunciou esses exames, passaram, então, a serem realizados pelos trabalhadores do

1197 UNILAB dentro do posto de saúde, que também era uma situação irregular. Então, a
1198 partir daí, este foi o nosso primeiro achado, vamos dizer assim, a nossa primeira
1199 questão que nós fomos investigar. Então, para encaminhar para as pessoas que
1200 certamente vão querer se expressar e falar, eu acho que este Conselho não é a
1201 primeira vez que tem uma atitude corajosa diante das questões e da responsabilidade,
1202 como bem disse o Baltazar. Nós tivemos o caso SOLOS, nós tivemos o caso
1203 PROCEMPA, nós tivemos o caso AGOS, todos esses casos, vocês sabem bem como
1204 eles resultaram e que resultado tiveram para a saúde da população. Então, receber por
1205 enquanto estamos tendo nós conselheiros, está na hora da Secretaria da Saúde
1206 mostrar que também tem responsabilidade e dar procedimento a tudo que foi proposto
1207 aqui por este Conselho. Então, passo para a Dja. Obrigada. **A SRA. DJANIRA**
1208 **CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Nós
1209 temos nove pessoas. (Manifestações da plenária fora do microfone, inscitos).
1210 Podemos começar pela Mirtha. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação**
1211 **de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Vice Coordenadora CMS/POA:** No
1212 primeiro momento quero parabenizar o GT dos Laboratórios, 09 anos debruçado em
1213 cima de uma causa não é para poucas pessoas, são pessoas, como o Sr. Garbin vem
1214 aqui e faz o relato dele, falando de todo este movimento, toda esta trajetória também, e
1215 tantos outros conselheiros que fazem. A minha militância aqui neste Conselho é
1216 pequena, mas eu tenho muita militância fora também. A gente sabe que precisa d meu
1217 empenho, muita energia para a gente poder estar batalhando e acreditando naquilo
1218 que a gente quer realizar. Então, no primeiro momento parabéns ao GT dos
1219 Laboratórios. A gente sabe que não foi pouco o trabalho, o material extensivo que foi
1220 entregue para o Conselho Municipal de Saúde, e foi debruçado em cima de todos os
1221 documentos. No segundo momento eu quero colocar eco na omissão de informação
1222 que o GRSS negou novamente informações para o Conselho Municipal de Saúde, não
1223 é a primeira vez. Então, eu acho que isto é importante a gente poder estar frisando e
1224 colocando neste Conselho, aqui nesta plenária. Outra coisa que é grave, são as
1225 terceirizações que o GT está pontuando novamente. Outra situação que novamente
1226 está aparecendo é o assédio do gestor contra os servidores. Isto não foi a primeira vez
1227 que apareceu. O SIMPA, que aqui está presente sabe que tem muitos processos
1228 correndo contra assédio deste secretário. Eu vejo, tomo eco que a gente tem que estar
1229 realmente colocando uma posição muito firme contra esta atitude. A gente não pode
1230 estar se calando e se furtando do nosso trabalho e da nossa função enquanto
1231 Conselheiro Municipal de Saúde. A gente não pode fechar a boca por estar sendo
1232 assediado da forma que fomos neste Conselho. Várias plenárias foram levantando o
1233 tom de voz, ameaçando, mostrando uma forma que não se deve, que não é adequada
1234 para a gente poder, enquanto gestor, estar se posicionando aqui. E culminou com esta
1235 afronta aos nossos conselheiros, botando um processo criminal contra eles. Então, o
1236 Núcleo se posicionou, depois a gente pode estar mostrando uma posição quanto esta
1237 situação de também a gente estar encaminhando uma moção de repúdio contra esta
1238 atitude. Então, o Núcleo tem depois uma leitura desta moção. Enquanto participante do
1239 Núcleo eu quero me posicionar quanto realmente sendo agredida também, junto com
1240 os conselheiros desta forma, que foi a atitude desta postura e deste processo criminal
1241 que foi colocado para esses três conselheiros que aqui estão presentes. **A SRA.**
1242 **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
1243 **CMS/POA:** Pessoal, eu sou obrigada a falar, porque vocês acompanham as plenárias
1244 aqui, mas nós temos um Núcleo de Coordenação que se reúne às quartas-feiras com
1245 os secretários. Eu não ia me manifestar, mas vou trazer porque vocês talvez não
1246 saibam o que acontecia no Núcleo. Ultimamente, o Sr. Casartelli, que enquanto pessoa
1247 não tenho nada contra ele, eu estou falando aqui do Secretário. Ultimamente, ele nem
1248 estava mais acompanhando o Núcleo, então, ele tinha nomeado outra pessoa para

1249 acompanhar, porque ele teve crises homéricas, nervosas, que um dia culminou que
1250 nós tivemos que chamar as pessoas lá de cima para tirar ele de dentro do Núcleo.
1251 Então, eu já passei o que aconteceu para o Secretário Fernando, para ele saber. Eu só
1252 fiz este comentário para vocês saberem que não é nada de graça. Vocês viam a
1253 plenária, mas o Núcleo vocês não entenderam. Então, vou passar para a Juliana. **A**
1254 **SRA. JULIANA MACIEL PINTO – ASSEPLA:** Bom, primeiro, antes de tudo,
1255 parabenizar também o grupo de trabalho. Quero falar que o ano passado eu realmente
1256 não acompanhei este processo e dizer que quando assumi este ano, fui convidada pelo
1257 Secretário Fernando, pela Secretária Fátima para a Assessoria de Planejamento, uma
1258 das primeiras atribuições, que faz um mês e meio, mais ou menos, foi que a assessoria
1259 de planejamento estivesse olhando para o todo da atenção laboratorial. Eu vi o porquê,
1260 motivados também pelos acontecimentos que eles vêm acompanhando. E quero dizer
1261 que como muitos serviços, um dos pontos da apresentação foi que, bom, houve uma
1262 justificativa de que há 40 anos não há chamamento, enfim, contratos. Sim, para
1263 diversos atendimentos isto é uma verdade, o SUS nunca foi 100% público, no sentido
1264 de estatal, ele é uma política de saúde que nasceu com esta promessa, mas nunca se
1265 efetivou desta forma. Ele sempre teve a necessidade, a essencialidade de
1266 complementação com a iniciativa privada, e aí com preferência aos filantrópicos, que a
1267 gente vem trabalhando, retomando com os colegas que são responsáveis técnicos,
1268 farmacêuticos, bioquímicos dos laboratórios municipais: HBV, HPS e Centro de Saúde
1269 Vila dos Comerciantes. E também a colega farmacêutica que trabalha com chamamento
1270 público dos laboratórios conveniados, a gerência de regulação de serviços, no sentido
1271 de olhar para o todo da atenção laboratorial do Município, que presta serviço para o
1272 SUS na gestão do Município, e que a gente possa estar qualificando isto tudo que
1273 vocês trouxeram aqui. Então, é um trabalho recente, mas a gente está descobrindo, aí
1274 eu falo por mim, por minha experiência que era praticamente nula na área. O que
1275 significa isto? É uma vasta área, com exames simples, mas outros muito complexos,
1276 onde a gente tem parceria. Aí, claro, desses que hoje foram realizados chamamentos
1277 públicos, que graças a este momento nós também conseguimos evoluir nisto. Também
1278 de hospitais públicos como o Clínicas e outras instituições que acabam
1279 complementando os exames, que por vezes os nossos laboratórios próprios não dão
1280 conta de realizar, pela tecnologia, enfim. Então, eu queria dar este informe, dizer que a
1281 gente está retomando também a CCLAB, que tem um regimento próprio, que de fato
1282 tem dificuldade, Secretários, quanto à periodicidade das reuniões. Isto eu já pude
1283 constatar e vamos estar retomando, inclusive, de registro de atas. Eu fiquei muito
1284 preocupada quando foi dito aqui afastamento dos colegas que são coordenadores dos
1285 laboratórios, seja do Vila dos Comerciantes, seja do HPV. E posso ser ingênua, mas
1286 são colegas servidores da Secretaria, específicos da área, que a gente tem que
1287 trabalhar com isto. Cada vez que a gente encontra uma dificuldade, tocar a pessoa,
1288 porque talvez não seja a mais adequada, talvez não sobre nenhum. Não sei, mas é
1289 uma preocupação, a gente tem que qualificar as pessoas, dar o ponto também do certo
1290 e do errado, das qualificações, das mudanças... (Sinalização de tempo esgotado)... que
1291 são necessárias, mas a gente está de fato se empenhando em olhar para esta
1292 dimensão do trabalho. **A SRA. LÍVIA LAVINA – Coordenação Geral da SMS:** Eu
1293 gostaria de fazer algumas considerações. Primeiro, eu li esta moção de repúdio e eu
1294 não concordei com algumas coisas. Primeiro, eu não sou assessora do Secretário
1295 Casartelli, não sou assessora do Secretário Fernando Ritter e nem da Secretária
1296 Fátima. Eu sou uma servidora da Secretaria Municipal de Saúde há 20 anos e que...
1297 Hoje é dia 02, não é? Dia 06 estarei completando 20 anos de Secretaria. Eu não sou
1298 vinculada ao governo que aqui está, eu sou filiada ao Partido dos Trabalhadores há 22
1299 anos. Então, eu não tenho nenhum problema em relação a uma neutralidade política,
1300 eu sou uma servidora da Secretaria. Eu queria deixar isto claro, não sou uma

1301 assessora de pessoas. Segundo, em nenhum momento, sem julgamento do mérito, do
1302 trabalho do grupo, eu acho que é um trabalho muito importante, eu já tinha dito isto na
1303 época que apresentaram a primeira vez. E eu acho que a vida é feita de escolhas. Se
1304 eu fosse secretária da saúde, diante de uma denúncia, eu averiguaria, eu pararia tudo
1305 e diria: “Não, só um pouquinho, vamos começar do zero. O que é? É isto aqui? É o
1306 fulano? É o cicrano? Abre sindicância?” Eu acho que esta é a oportunidade que o novo
1307 Secretário Municipal da Saúde tem de fazer. Talvez não tenha sido a escolha do outro
1308 Secretário e esta é a crítica que se faz. Mas eu sou testemunha sistema em um
1309 processo criminal, que não é, ao contrário do que diz aqui, que diz assim: “Repudia a
1310 criminalização dos três conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre,
1311 Alberto Terres, Maria Letícia e Paulo Rogério, que integram o Fórum e estão sendo
1312 processados criminalmente por se oporem à terceirização de exames, não é por isto,
1313 porque se o juiz me perguntar se sou contra vou dizer que não. Sabe ao que eu sou
1314 contra? Sou contra que as pessoas em fóruns este, que são muitos importantes, muito
1315 relevantes e que eu acredito, porque eu sou uma defensora, de novo, da Secretaria
1316 Municipal da saúde, do Sistema Único de Saúde, não de um governo, de um partido ou
1317 de uma pessoa. Eu acho que nestes fóruns nós temos que construir com respeito, aí
1318 nós temos que entender que eu não posso, o direito brasileiro se preceitua por
1319 princípios do juízo natural... (Sinalização de tempo esgotado). Que diz que para se
1320 julgar alguém a pessoa tem que ter uma neutralidade, princípio da presunção da
1321 veracidade, ou seja, só é culpado quem tem uma sentença transitável e julgado,
1322 dizendo que esta pessoa é culpada e condena. Há indícios e eles deveriam ser
1323 verificados. Agora, eu não posso daí fazer uma correlação e dizer que porque a pessoa
1324 recebeu algo na sua candidatura a vereador, necessariamente é uma pessoa corrupta
1325 e recebeu porque favoreceu este ou aquele. Se eu digo isto estou infringindo o código
1326 penal brasileiro. Vocês me desculpem, é isto que a gente tem que ter cuidado. E eu
1327 estou infringindo dois artigos, que eu estudei na faculdade, o art. 138 e o 139 do
1328 Código Penal, crimes contra a honra, calúnia, eu imputar a alguém um crime sem ter
1329 provas. (Sinalização de tempo esgotado). Eu estou concluindo. É eu difamar alguém da
1330 sua honra. Só para concluir mesmo, eu gostaria de dizer para vocês que eu fico muito
1331 triste. Eu acho que a Secretaria tem sim que averiguar esta situação. E acho que há
1332 uma proposta, como a Juliana estava comentando, de um GT que foi criado, porque eu
1333 acho que estamos em outro momento e eu não estou aqui, não tenho nenhuma relação
1334 de amizade, eu não frequento nem sequer o gabinete ou a casa, eu não tenho vínculo
1335 de amizade com o Secretário Casartelli. Eu só acho que nós temos que nos respeitar.
1336 E semana passada nós vimos aqui neste plenário novamente um desrespeito, quando
1337 uma, quando estávamos na pauta do Murialdo... (Sinalização de tempo esgotado). Eu
1338 quero concluir. Nós estávamos do Murialdo e uma usuária usou a palavra “roubo”, foi
1339 dito sim, é entendido que nem todas as pessoas sabem a expressão correta de usar,
1340 mas aí Secretário Terres levanta e diz que não, que o povo tem o direito de usar as
1341 palavras. Sim, deve estar na ata sim. Eu sou testemunha sim de que nós não podemos
1342 desrespeitar as pessoas, caluniar as pessoas e dizer o que se pensa sem depois ser
1343 responsabilizado por isto. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
1344 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Sei Irineu. Pessoal, tem um monte de gente,
1345 eu vou pedir para as pessoas não se estenderem muito. **O SR. IRINEU GRINBERG –**
1346 **Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas de Porto Alegre:** Alguns aqui já
1347 me conhecem, outros não, eu fui conselheiro durante 5 anos, eu me afastei porque
1348 assumi a Presidência da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, a sede é no Rio. Eu
1349 fiquei muito tempo lá. Antes, eu fui por 6 anos membro do Conselho Estadual de Saúde
1350 também, quando o Humberto foi coordenador eu era coordenação adjunto. Tive muito
1351 prazer, Humberto, de trabalhar contigo. Enfim, eu tenho, fora isto, uma experiência de
1352 52 anos de laboratório. E, em primeiro lugar, eu quero colocar esta experiência à

1353 disposição de vocês, eu conheço muito o laboratório, eu conheço a vivência de
1354 laboratório. Eu sou sócio de um laboratório aqui em Porto Alegre, mas a minha cabeça,
1355 vocês podem ficar certos, por toda a minha militância nos Conselhos, por toda a minha
1356 militância como Presidente do Sindicato dos Laboratórios Clínicas, que eu também fui
1357 durante 09 anos. Eu quero colocar tudo isto à disposição do Conselho, à disposição da
1358 Secretaria. E, lamentavelmente, eu gostaria muito de ter participado desta comissão,
1359 porque eu tenho as minhas convicções e eu aprendi muito, principalmente, quando
1360 estive 04 anos fora e conheci todos os sistemas laboratoriais do país. Uma coisa eu
1361 quero dizer e digo de coração, apesar de tudo que se desfilou aqui, de tudo que se
1362 falou aqui, Porto Alegre é a cidade do Brasil que tem o melhor atendimento laboratorial.
1363 Eu falo isto porque tenho conhecimento. Vou dar um exemplo muito simples, quando
1364 estava sendo construída a Arena do Grêmio, pelo menos 2 mil, 2,5 mil funcionários,
1365 operários das obras vieram morar em Porto Alegre, moravam em um alojamento ali
1366 perto da Arena e consultavam em todas as unidades de saúde vinculadas àquele
1367 bairro. O laboratório tem uma filial, um posto de coleta ali, eles consultavam nessas
1368 unidades e eram direcionados, referenciados pelo nosso laboratório mais perto, aí
1369 recebiam as instruções para fazer os exames. E a primeira pergunta: “Quando eu tenho
1370 que vir? Se o senhor quiser venha amanhã. Como amanhã? Isto não existe! Não, aqui
1371 em Porto Alegre existe”. Quando um cliente do SUS vai aos laboratórios são atendidos
1372 de imediato, não existe agendamento... (Manifestações da plenária fora do microfone).
1373 **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
1374 **CMS/POA:** Aí o senhor vai-me desculpar, são 10 dias para um agendamento. **O SR.**
1375 **IRINEU GRINBERG – Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas de Porto**
1376 **Alegre:** Então, eu vou tomar a liberdade de falar pelo meu laboratório. A maioria dos
1377 laboratórios de Porto Alegre tem qualidade e desses 12 laboratórios que estão
1378 atendendo hoje... (Sinalização de tempo esgotado). Pelo menos 05 são acreditados
1379 pela Sociedade Brasileira de Análises Clínicas. Isto, digamos assim, é o ponto máximo
1380 em qualidade que um laboratório pode ter. Então, eu acho fundamental a convivência
1381 do serviço público com o privado, o serviço privado pode... **A SRA. DJANIRA**
1382 **CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Já deu
1383 o seu tempo, por favor. Já foram 03 minutos. **O SR. IRINEU GRINBERG – Sindicato**
1384 **dos Laboratórios de Análises Clínicas de Porto Alegre:** Eu entrego, então. **A SRA.**
1385 **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
1386 **CMS/POA:** Doutor Humberto. Passa? André. **A SRA. ANDRÉ ÂNGELO BEHLE –**
1387 **Associação dos Servidores da SMS:** Boa noite. Eu começo colocando que o
1388 encaminhamento que o GT deu, eu não teria acordo. Eu sou um defensor do Sistema
1389 Único de SUS 100% estatal, não acho nenhum absurdo que os laboratórios aqui do
1390 Município fossem todos eles do Município e não privados. Agora, não poderíamos ficar
1391 indiferentes, aqui em nome da ASSMS e também em nome do SIMPA, está aqui a
1392 Débora que é diretora do sindicato, pediu que citasse aqui a posição do sindicato. Não
1393 podemos ficar indiferentes ao que está acontecendo aqui com os nossos conselheiros.
1394 Eu quero voltar na plenária anterior, de quinta-feira, quando a Letícia... Para quem não
1395 estava na plenária, a pauta era Murialdo, que tinha uma verba para o Murialdo, que
1396 sumiu e foi usada para outra coisa. E a Letícia disse que eles entrariam com uma ação
1397 para rever esta verba. E o Secretário o que disse? “Esta ação não é contra mim”. E a
1398 Letícia disse: “Não é contra o senhor, é contra a secretaria”. Não é, Secretário? Por
1399 quê? Porque quando se entra com uma ação criminal pessoal, ela não tem outro
1400 objetivo que não seja intimidar as pessoas. Secretário, quando uma pessoa física entra
1401 com uma ação contra outra pessoa física é muito ruim, mas quando o secretário que
1402 ocupa um cargo de Estado entra com uma ação em nome do Terres, da Letícia e do
1403 Paulo, é o Estado que esta reprimindo os trabalhadores. É bem como foi colocado aqui.
1404 Isto nos reporta ao tempo da ditadura onde as pessoas eram perseguidas, porque que

1405 outro objetivo tem esta ação? Que outro objetivo? Será que seria para a gente avançar
1406 na elucidação desta denúncia? Claro que não, o objetivo único é de calar os
1407 companheiros e as companheiras. Isto nós não podemos admitir. Temos diferenças
1408 grandes com os companheiros, mas este tipo de coisa a gente não pode admitir. Eu
1409 fiquei pasmo. Não sei se tem alguém do governo aqui. O Secretário representa o
1410 governo. Ninguém é do governo agora. Agora que a casa está caindo ninguém é do
1411 governo. Eu diria para a Lívia, para a outra colega: larguem as FGs, então! Porque na
1412 hora de receber na boca do caixa o dinheiro que o governo dá, eles recebem. Agora,
1413 na hora de responsabilizar pelas melecas feitas ninguém é do governo. Ninguém é do
1414 governo! Mas que história é esta? Aqui ninguém é criança, as pessoas têm a sua
1415 responsabilidade. Isto que o GT está produzindo aqui... (Sinalização de tempo
1416 esgotado). Esta denúncia, não é contra a pessoa A e B, é contra a atitude do governo,
1417 atitude aqui da Prefeitura, que tem por trás delas pessoas, quando a gente quer que
1418 seja restabelecido aquilo que é deliberado pelo Conselho, aquilo que o usuário tem
1419 direito quando procura um laboratório, enfim, aquilo que a gente discute. Não tem
1420 nenhuma novidade aqui, a defesa do serviço público, do SUS de aqui... **A SRA.**
1421 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande**
1422 **do Sul e Vice Coordenadora CMS/POA:** Concluindo... **A SRA. ANDRÉ ÂNGELO**
1423 **BEHLE – Associação dos Servidores da SMS:** É debatido aqui, não há nenhuma
1424 novidade. Então, eu quero lamentar profundamente a atitude que teve o Casartelli, com
1425 o respaldo aqui do Fernando Ritter e dos outros que não são do Governo, mas
1426 aparecem aqui representando o governo. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA**
1427 **CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** André, por favor! **A**
1428 **SRA. ANDRÉ ÂNGELO BEHLE – Associação dos Servidores da SMS:** Terres, não
1429 é uma ação que vai me calar, porque aqui já tem gente morta nesta secretaria, que até
1430 hoje a gente não sabe o que foi. Então, é bom a gente andar olhando para os lados.
1431 (Risos da plenária). **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
1432 **Coordenadora do CMS/POA:** Concluindo... (Aplausos da plenária). Doutor Humberto.
1433 **O SR. HUMBERTO JOSÉ SCORZA – Membro da SETEC:** Pessoal, que bonita a
1434 vitalidade deste Conselho, tomara que as pessoas aprendam, e eu confio muito no
1435 novo Secretário. E outra, as pessoas que ocupam cargos aprendam que o controle
1436 social é isto. Eu coloco isto porque, primeiro de tudo, eu quero reforçar os votos e os
1437 parabéns que vocês deram a esta comissão, que durante tanto tempo se empenhou e
1438 foi muito mal entendida. Quando se coloca aqui que a moção de repúdio é por má
1439 educação, falta de respeito, eu não sei, eu acho que o respeito tem que ser mútuo. E
1440 ouvindo desta mesa, que em determinado momento o ex-secretário tinha posições
1441 meio nervosas, não sei o que, isto pode levar ao desrespeito, porque ele desrespeita
1442 sim. Estou falando dele. E uma pessoa dessas tem que se tratar, em licença, e depois
1443 voltar a ocupar o seu cargo. Parabéns à comissão, parabéns. Eu realmente assumo
1444 sim... Viu, Ritter? Eu não sou conselheiro. Eu conheço esta discussão do Laboratório
1445 Central quando eu ainda era trabalhador, com grande honra, servidor. Então, o pessoal
1446 esquece o que é servidor. Quando a gente é servidor tem que servir e não ocupar
1447 cargos e coisas para se servir. (Aplausos da plenária). é servir! E uma coisa que é
1448 fundamental neste serviço é se aproximar do povo realmente, não com discursos
1449 vazios, não com atitudes muito pirotécnicas, mas a responsabilidade. Então, quero
1450 dizer que a ofenda, todo o atingimento a uma pessoa do Conselho, e eu costumo dizer
1451 que todos sejam um, que ela venha a mim também. Ela venha a mim também. Nós
1452 discutimos a tantos anos atrás o Laboratório Central, lá no PAM 3, quando aquela
1453 eminente Secretária chamada Maria Luiza Jaeger, que foi a melhor secretária que
1454 passou aqui dentro, tanto aqui como no Estado. Estava se criando ali um laboratório, o
1455 Laboratório Central, cujo plano era fazer o atendimento de Porto Alegre, mas morreu
1456 na casca depois, não sei por que, mas a gente vê no que resultou isto. Realmente, com

1457 todo o direito que tem de iniciativa privada, de complementar aquilo que o SUS não dá,
1458 a gente tem que se manter vigilantes, cuidadoso para ver a situação desses processos.
1459 Parabéns a vocês. Eu não tenho nada pessoalmente contra ninguém, mas eu tenho
1460 uma grande coisa, é respeito por aqueles que botam a cara a bater, que não tem
1461 medo, seja qual for a circunstância, não se omitem e não tomam posição em cima do
1462 muro, ocupem o que ocuparem, mesmo dentro do Conselho. A gente tem que ter
1463 posição firme. (Sinalização de tempo esgotado). Isto dá credibilidade à criatura. Não é
1464 ser como uma biruta. Vocês não sabem o que é biruta, era uma sinalização do porto,
1465 conforme o vento soprava ela ia. Não tem que ser assim, tem que ter postura e tendo
1466 postura nós podemos ter... **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
1467 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Concluindo, Doutor Humberto. **O SR.**
1468 **HUMBERTO JOSÉ SCORZA – Membro da SETEC:** Já concluí, então. A todos paz e
1469 bem, aí a coisa vai avante. (Aplausos da plenária). **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA**
1470 **CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Paulo Rogério, 03
1471 minutos. **O SR. PAULO ROGÉRIO – SAMU:** Pessoal, boa noite. Eu sou servidor do
1472 SAMU com muito orgulho, hoje estou à frente do sindicato dos servidores de
1473 ambulância do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive, pedi assento neste Conselho
1474 aqui, porque ele é um exemplo para nós. Hoje eu vim com uma expectativa e estou
1475 saindo daqui um pouco preocupado, porque não é possível que a Livia faça uma
1476 manifestação achando que tudo está certo. Eu acho, Secretário, sim que está na hora
1477 da gente repensar as pessoas que estão aqui. Eu tenho o maior respeito pelo senhor,
1478 olhando nos seus olhos, como eu sempre fiz. Uma vez o senhor disse para mim:
1479 “Paulo, não precisa falar alto”. E eu aprendi com o senhor. Então, a gente vai
1480 aprendendo ao longo da vida. E tenho muito orgulho dessas coisas. Então, não somos
1481 adversários, nós somos parceiros e quero ser assim. Agora, nós não podemos aceitar,
1482 Secretário, com a postura da Livia hoje aqui, porque ela não é testemunha, porque eu
1483 fui tirado oito vezes do SAMU, voltei as oito, foram abertas mais de uma dezena de
1484 sindicâncias aqui, até com assinaturas falsas da Presidente que presidia sindicâncias
1485 aqui, que está na justiça. Meu nome está limpo, graças a Deus, vai ser sujo agora, se
1486 for, nós vamos batalhar e vamos espernear quanto a isto. Isto eu posso garantir para
1487 vocês, ninguém vai me calar. Eu tenho o maior orgulho de chegar em casa e olhar para
1488 os meus filhos e dizer para eles: “Hoje eu cumpri mais uma tarefa na minha vida, de
1489 honestidade, como sempre foi”. Desculpa, mas é isto que eu penso e é isto que eu
1490 pratico no dia a dia. Eu quero lembrar uma situação que aconteceu ma vez com vocês,
1491 vocês me conhecem a muito tempo, porque o Paulo é tratado como sendo o
1492 denunciante e não sei o que. Uma vez e me encontrei com... Não sei se Deus o tem ou
1493 é o diabo que está com ele, lá no Centro, e ele disse assim para mim, eu disse:
1494 “Secretário, eu já realizei o encaminhamento de tudo, o roubo do motor de uma
1495 ambulância”. Nós sem ambulância em uma semana em que morreram duas crianças
1496 em Porto Alegre. A Fátima não estava aqui, o Fernando também não estava aqui na
1497 época. Lá na frente do Paço Municipal eu me encontrei com ele. Diz ele, bateu nas
1498 minhas costas: “Pode acontecer alguma coisa contigo, se isto não acontecer tu vais no
1499 Ministério Público e reclama, porque daqui há 30 anos eu já estou aposentado e essas
1500 coisas não vão ser averiguadas”. Pasmem que um ano e pouco depois aconteceu o
1501 que nós sabemos. Então, eu acho, Secretário, eu sou parceiro para fazer tudo aquilo
1502 que estiver ao alcance, eu estou à frente de uma entidade que a gente está tentando
1503 trazer dignidade, inclusive, para os trabalhadores aqui dentro do Município de Porto
1504 Alegre. O senhor pode contar com a nossa entidade, podes contar comigo. Agora, eu
1505 não admito a postura que ocorreu aqui hoje com a Livia, no sentido de achar que tem
1506 que calar. Só o que falta é amanhã ou depois, e parece que a vontade é que a polícia
1507 venha aqui com uma ordem judicial para prender nós porque falamos a verdade. Não
1508 sou eu que estou respondendo pelo “livro da pedra”, não sou eu que estou

1509 respondendo por AGHOS, não sou eu que estou respondendo por uma série de
1510 questões e eu não vou me filiar e nunca vou cumprir pena junto com ele. Um abraço a
1511 todos e espero que este Conselho reflita, que, realmente, use a força que tem, porque
1512 eu não tenho dúvida que é o melhor Conselho de todos que eu tenho participado. É o
1513 melhor conselho que nós temos dentro da Prefeitura de Porto Alegre, quer seja do
1514 estado do Rio Grande do Sul. Então, muito obrigado e desculpa o ensejo, mas é a
1515 primeira vez que estou indo para dentro de um processo por crime. Então, espero me
1516 defender e vamos ver o que acontece, Deus seja maior do que tudo isto. Muito
1517 obrigado! (Aplausos da plenária). **O SR. LUIZ AIRTON DA SILVA - CDS Eixo**
1518 **Baltazar:** Eu vou diretamente à gestão. Eu estou pedindo transparência nesta nova
1519 gestão, Ritter, e na questão de comprometimento para melhorar esta questão que para
1520 GT apresentou. Eu também dou os parabéns para o GT na questão de que a gente tem
1521 que se apropriar do conhecimento e isto eles mostraram hoje para nós conselheiros.
1522 Isto é um exemplo, a gente a cada dia está aprendendo. Então, eu peço à gestão esta
1523 questão de transparência. O vereador presente aqui que também leve isto para a
1524 Câmara, que isto ocorra. A gente sabe que são poucos hoje em dia que acontece isto,
1525 de transparência nas declamações. E referente a isto que foi apresentado, a fala da
1526 Livia, eu peço uma compreensão, porque aqui nós também temos pessoas com nível
1527 superior e tem gente leiga, às vezes a pessoa não quer falar aquilo, não sabe se
1528 expressar corretamente. Então, a gente tem que relevar isto, não levar a ponto de faca,
1529 porque gera um transtorno para nós conselheiro e para a gestão. Então, aqui são todos
1530 parceria. A gente quer uma união para conseguir um SUS melhor. Obrigado. (Aplausos
1531 da plenária). **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
1532 **Coordenadora do CMS/POA:** Felisberto, são 03 minutos, tá, Felisberto? **O SR.**
1533 **FELISBERTO:** Faz tempo que a gente vem neste Conselho aqui discutindo estas
1534 questões. Se não são os trabalhadores da saúde e mais o controle social a saúde
1535 estaria quebrada dentro da Cidade. quando se fala em respeito e direito, nós sempre
1536 fomos desrespeitados e os nossos direitos foram violados de todas as formas, desde
1537 que trouxeram o Instituto SOLLUS, fizeram o que fizeram com a gente, desrespeitaram
1538 as pessoas. Hoje na Glória estou pagando aluguel desde não sei quando e já era para
1539 terem feito um posto de saúde lá e não se faz nada. Está quebrada a saúde por culpa
1540 dessas pessoas que não sabem administrar. Sabem gastar o dinheiro, o dinheiro das
1541 pessoas sabem. Outra, esses laboratórios, pagar esse monte de laboratórios se tem o
1542 Laboratório Central que podia fazer aquilo funcionar bem que a gente ser bem atendido
1543 e respeitado. Quando ai para o laboratório não é respeitar como deveriam ser
1544 respeitados. Isto tem que existir a partir da Prefeitura, da gestão, tem que respeitar. E
1545 dizer para vocês que vão responder este processo aí, não são vocês, é o povo de
1546 Porto Alegre, e vocês não estão aí porque querem, nós colocamos vocês. Isto até vai
1547 ser bom, Letícia, porque vamos ter que voltar a fazer o que fazíamos antes, é nos
1548 mobilizar, porque não são só vocês, nós todos somos processados nesta história aí.
1549 Graças a garra e a luta que vocês sempre tiveram que nós temos qualidade hoje nas
1550 unidades de saúde. Se não fossem vocês nós não tínhamos, porque as pessoas que
1551 entraram aí desde à época do Fogaça, só não quebraram a saúde por causa do
1552 controle social, por causa de pessoas guerreiras como vocês, muito obrigado!
1553 (Aplausos da plenária). **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
1554 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Liane. **A SRA. LIANE TEREZINHA DE**
1555 **ARAÚJO OLIVEIRA – CDS Centro e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Eu acho
1556 que não tenho muito a falar, eu quero parabenizar o grupo e dizer que eu apoio
1557 totalmente vocês, porque o controle social realmente está sendo desrespeitado mais
1558 uma vez e muito mais gravemente, porque quando vocês estão sendo processados
1559 criminalmente, nós também estamos sendo, inclusive, na reunião onde a gente definiu
1560 que seria hoje esta pauta, eu mesma mencionei, sugeri que nós tínhamos que ter um

1561 documento de apoio sim ao grupo de trabalho. E vocês são nossos representantes.
1562 Então, nós todos estamos sendo processados. Eu me ponho no lugar de vocês, eu não
1563 consigo nem imaginar o que vocês estão sentindo, mas eu estou sentindo também. É
1564 como se eu estivesse sendo processada e todos nós. Então, é um desrespeito imenso
1565 pelo controle social. E, gente, isto é uma coisa que nós temos que abrir os olhos
1566 imensamente, porque este desrespeito ao controle social está sendo, em nível
1567 nacional, porque eu sou conselheira nacional de saúde e cada vez que eu abro o meu
1568 grupo de Whatsapp, o grupo de usuários do Conselho Nacional, são mais e mais
1569 coisas contra o controle social. Então, querem acabar com o controle social neste país
1570 e nós não podemos deixar. Doutor Humberto, o senhor como sempre falou tudo o que
1571 todo mundo aqui sente, ou a maioria das pessoas, porque acho que nem todos, mas
1572 acho que a maioria. Como sempre, sabiamente, as suas palavras. E eu já me
1573 comprometi com a Letícia, claro, não tive a oportunidade de falar com os outros, mas
1574 eu vou ser sim testemunha a favor do grupo, dos três, porque eu também presenciei,
1575 como a Djanira já se posicionou aqui. Foram várias vezes, a gente vinha para o Núcleo
1576 sem vontade de vir mais, era este o sentimento que eu tinha, eu vinha mal para cá,
1577 porque era um desrespeito atrás do outro no Núcleo de Coordenação. Desrespeito aos
1578 colegas, à Letícia principalmente, virou uma coisa pessoal. Depois um desrespeito à
1579 Mirtha. Não deu tempo de chegar em mim, porque se chegasse em mim eu acho que
1580 iria para o tapa. Estou sendo sincera aqui com vocês... Desculpa, eu estou
1581 emocionada, porque eu estou me colocando no lugar dos três, porque eu também
1582 poderia estar neste grupo de trabalho e estar lá, talvez até indo para a cadeia se não
1583 tivermos uma defesa firme em relação a isto. Obrigada! (Aplausos da plenária). **A SRA.**
1584 **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do**
1585 **CMS/POA:** Dona Jussara. Vou pedir para serem 03 minutos mesmo. **A SRA.**
1586 **JUSSARA BARBEITOS GIUDICE – CDS Sul/Centro-Sul:** Vou ser rápida, não quero
1587 ser vaiada, quero que escutem. A primeira coisa, parabenizar o seguinte, é um trabalho
1588 maravilhoso, direto, claro, muito aprendi ali. Maravilhoso, parabéns. Agora, escutem
1589 para vaiarem ou não, se eu merecer vai. Eu pedi a palavra para fazer sob o aspecto
1590 jurídico, o aspecto pessoal da Lívia eu não tenho nada com isto, de governo ou não
1591 governo. O que ela falou juridicamente está correto. E eu queria dizer para o Terres
1592 que pelo fato de uma ação penal existirem testemunhas a favor do autor, não significa
1593 que esteja mancomunado... É assim que se usa a palavra, né? Com o autor da ação.
1594 Então, achei um pouco brusco, com pouca ética dizer que o Doutor Fernando e a
1595 Doutora Lívia estejam mancomunados pelo fato de estarem citados como testemunhas.
1596 E outra coisa, pelo fato de estar respondendo a uma ação penal não está manchando o
1597 nome nem sujo vou dizer a vocês, eu respondi a 10 processos do SIMPA contra mim,
1598 porque mandei muita coisa representando o CORES, o Secretário do CORES. Fui
1599 agredida em uma assembleia. Tive que fazer empréstimo no Montepio, quando existia,
1600 para pagar advogados e fui inocentada em tudo, porque eu falei o que não queriam
1601 ouvir. Então, dizer assim, estou bem orgulhosa pelo fato de ter respondido e ter sido
1602 inocentada. O nome não está sujo e não houve julgamento, não houve nada. E se
1603 existir algum testemunho do Doutor Fernando e da Dutra Lívia, vai acontecer que está
1604 nas atas, fora disto não é verdade. Pelo que eu saiba nenhum deles participou da
1605 reunião de Núcleo onde houve outras ofensas. Podia também o Núcleo, as suas
1606 pessoas, entrar com uma ação. Esta ação, as testemunhas não foram nem escutadas
1607 ainda. Então, não sei qual é a moção de repúdio, mas tem que analisar bem, porque
1608 não pode estar envolvendo o Doutor Fernando e a Lívia, porque foram citados como
1609 testemunhas. Não sabem quem vai testemunhar, não sabem nem o que vai ser
1610 perguntado. Eu acredito no caráter dessas duas pessoas. Então, dizer que não é sujo e
1611 nem manchado o nome por responderem a uma ação penal. Depois da conclusão que
1612 nós vamos ver isto aí. É isto que eu peço. Acho que vocês entenderam o que eu falei.

1613 Então, não vou julgar ninguém e nem acusar que estão mancomunados com alguma
1614 coisa. Muito obrigada! (Manifestações da plenária fora do microfone). Mas pelo SIMPA,
1615 ele era Presidente do SIMPA e eu fui agredida em uma assembleia, o Andrezinho não
1616 estava, por aquela que se dizia advogada do SIMPA. Levei um gravador na cara,
1617 aproveitei e revidei... (Risos da plenária). Uma ação em cima da outra. (Sinalização de
1618 tempo esgotado). E bem orgulhosa estou, porque eu fui inocentada de todas. **A SRA.**
1619 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande**
1620 **do Sul e Vice Coordenadora CMS/POA:** Encarnacion. **A SRA. MARIA**
1621 **ENCARNACION MORALES ORTEGA – CDS Leste:** Boa noite a todos. Gente, é
1622 lamentável a gente estar nesta reunião hoje ouvindo barbaridades assim, no sentido
1623 dos conselheiros estarem sendo acusados com uma denúncia, aquela coisa toda. Não
1624 precisava acontecer nada disto se o gestor na ocasião tivesse respondido aos
1625 questionamentos do Conselho Municipal de Saúde. Deu-se tempo, discutimos e só
1626 estou estranhando assim, porque para mim pareceu muito pessoal, porque esta
1627 plenária toda aprovou todos os encaminhamentos, eu também assinei embaixo. Então,
1628 eu acho que todos nós teríamos que ser penalizados. Então, se é individual eu acho
1629 que deveriam ser todos nós, porque chegamos a esta conclusão. O que eu lamento
1630 mais ainda, e o Humberto colocou bem, porque as pessoas esquecem a história. Nós
1631 no PA da Bom Jesus, na Bom Jesus tínhamos laboratório totalmente equipado, de
1632 primeiro mundo, um dos melhores laboratórios de Porto Alegre e nos foi tirado. A
1633 comunidade da Região Leste foi convencida a terminar com aquele laboratório para ir
1634 para o PACS para poder ter o Laboratório Central. Bom, como a gente entendia que o
1635 Laboratório Central era para toda a Cidade nós não poderíamos ser tão egoístas de
1636 ficar na nossa região e não atender toda a população. O que acontece? Acontece que
1637 foi todo o equipamento, não sei se continua no PACS ainda, mas até hoje não existe o
1638 tal Laboratório Central. Em 2012 eu fiquei pasma, porque eu fui fazer o exame de
1639 sangue no PACS quando os funcionários me reconhecendo pelo meu nome, que não é
1640 muito comum, disseram: “Bah, Encarnacion, como que o Conselho está compactuando
1641 com a UFRGS aqui dentro?” Eu disse: “Como a UFRGS aqui dentro? Não, a UFRGS
1642 está aqui utilizando os funcionários, todos equipamentos e a Prefeitura ainda pagando
1643 para a UFRGS, vai ter alguma coisa errada”. Eu cheguei aqui e questionei isto, eu digo:
1644 “Cadê o equipamento da Bomja?” A Bomja apanhou da Polícia de Choque, até quem
1645 estava de serviço lá. E a gente vê esta história assim, morrendo. É a questão dos
1646 laboratórios, aí a vê colegas agora, eu não sou muito fã de sindicato, porque eu acho
1647 às vezes os sindicatos muito desrespeitosos mesmo e todo mundo sabe disto, mas eu
1648 acho que tem hora e tem hora. Eu acho que é muito injusto o que está acontecendo e
1649 te pediria, Fernando, converse com o Casartelli. Eu acho que esta situação pode ser
1650 revertida sim, porque eu acho que todos nós estamos sendo atacados. Então, eu
1651 preferia, realmente... Acho que muitos conselheiros estariam juntos com ele, de
1652 conversar, ver... (Sinalização de tempo esgotado). Esta situação pode ser mudada, a
1653 gente quer a transparência dessas infor
1654 mações, mas eu acho que isto não está julgado, eu acho que está para acontecer
1655 muita coisa também. Então, eu te peço que converse com o Casartelli para rever esta
1656 situação. Obrigada! **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
1657 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Vice Coordenadora CMS/POA:** Tânia. **A SRA.**
1658 **TÂNIA:** Eu não sou conselheira e fazia tempo que não vinha aqui na Saúde, eu
1659 acompanhava muito, porque agora estou acompanhando outras coisas da Prefeitura.
1660 Realmente, eu acho que a Operação Lava Jato em Porto Alegre seria excelente. Bom,
1661 o que eu posso dizer em relação a isto que falei hoje, é uma coisa absurda. Quer dizer,
1662 pedir prisão porque alguém disse um desaforo para ele ou o que ele achou que fosse
1663 um desaforo para ele. Ou mais, poderia pedir indenização por danos morais, mas não
1664 uma ação penal que possa vir a pena de prisão, que é ridículo, porque eles

1665 simplesmente listaram as coisas que sabiam. Cabe à pessoa que se sentiu ofendida
1666 explicar que não é aquilo. Primeiro explica que não, que não recebeu nenhum centavo,
1667 como está acontecendo na Lava Jato, o pessoal vai lá e diz: “Não, a doação que eu
1668 recebi era legal”; aí foi para o Tribunal Superior Eleitoral e está tudo legal. É muito fácil
1669 dizer, aí o cara fica com a cara no chão e tem mais é que pedir desculpas. Quer dizer,
1670 realmente, isto é intimidação. Como também se lembraram, houve também intimidação
1671 por um antigo secretário, que depois desapareceu do nosso meio, que ninguém ficou
1672 sabendo como e o quê. E a gente sabe que isto tem acontecido no Brasil em diversas
1673 áreas, porque há uma promiscuidade entre os interesses legais e ilegais. Há uma
1674 promiscuidade muito grande nisto. Eu achei realmente abaixo de crítica, porque eu
1675 conheci o Doutor Casartelli, um rapaz muito simpático quando estava aqui, ele se
1676 comunicava com todo mundo, antes de ser secretário. Alguma coisa acontece para
1677 quem vai para lá, espero que não aconteça com o Doutor Fernando, devem ser os
1678 ares. Então, eu conheço este Conselho, eu acho que este Conselho é um modelo.
1679 (Sinalização de tempo esgotado). Eu acho que ele é excepcional, não tem justificativa
1680 nenhuma. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
1681 **Coordenadora do CMS/POA: Letícia, tu. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA**
1682 **GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:**
1683 Pessoal, eu só queria falar algumas questõesinhas. Primeiro, que acho em relação ao
1684 que nós dissemos naquela ocasião e que levou o Secretário a nos imputar um ação
1685 penal. Na verdade, o que foi dito, e foi dito por mim, e volto a dizer, na verdade, a
1686 atitude de receber doações para a sua campanha de laboratórios que não tinham
1687 contratos com a Secretaria da Saúde não constituíam uma ilegalidade e sim uma
1688 imoralidade. Isto eu disse aqui e repito aqui, como estou repetindo para vocês. Então,
1689 foi isto que levou e está escrito na ação penal, está destacado, o que levou ele a me
1690 processar. E, na verdade, até como já falara, e já disseram das situações que
1691 ocorreram no Núcleo de Coordenação do Conselho, ele disse isto para mim, acho que
1692 por diversas vezes na reunião do Núcleo do Conselho Municipal de Saúde, fazendo
1693 avaliações da minha vida social, como se eu tivesse algum tipo de relação pessoal com
1694 o senhor Secretário, que nunca tive. A minha relação foi de trabalho, porque foi meu
1695 chefe no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul e agora como Secretário da Saúde.
1696 Então, não tenho nenhuma relação pessoal, mas ele fez isto, ele se atreveu a fazer
1697 análises e avaliações a respeito da minha vida privada, que não lhe diz respeito. Isto
1698 para mim constitui assédio moral. Certo? E outras coisas mais. Então, eu fui agredida,
1699 veementemente, mais de uma vez nas reuniões do Núcleo do Conselho, o que me
1700 levou a me retirar do Núcleo de Coordenação do Conselho, né, por duas vezes.
1701 Inclusive, mandei uma carta para a Coordenadora do Conselho, dizendo que enquanto
1702 nós não discutíssemos isto no âmbito do Núcleo de Coordenação do Conselho eu não
1703 voltaria ao Conselho de Saúde. E assim fiz. Nós fizemos a discussão, mas outra coisa
1704 que eu queria dizer para a Encarnacion é o seguinte: eu acho que nós temos que ter
1705 um pouco de cuidado, Encarnacion, e tu és uma conselheira que eu admiro muito, tu
1706 sabes disto, com s avaliações que a gente faz do movimento sindical. Eu quando
1707 cheguei no Conselho para ser conselheira aqui, que foi em 2003 que me tornei
1708 conselheira, embora já esteja há 25 anos aqui neste Conselho Municipal de Saúde,
1709 mesmo antes dele ser Conselho Municipal de Saúde. Eu como servidora desta
1710 Secretaria trabalhei no Conselho Municipal de Saúde, foi o meu primeiro posto de
1711 trabalho, fui assistente social do Conselho Municipal de Saúde, ou melhor, da
1712 Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde. Certo? Então, desde esta época que
1713 estou aqui no Conselho Municipal de Saúde e vi muitas lutas aqui, muitas disputas
1714 entre o movimento popular e o movimento sindical, que na época eu achava por
1715 demais falsas. E eu digo “falsas” de falsas polêmicas, como se os trabalhadores
1716 estivessem em lados opostos dos usuários e vice-versa. E aprendi aqui na

1717 coordenação deste Conselho a respeitar o movimento popular, aprendi na minha
1718 comunidade da antiga CLIS4, a fazer controle social com a comunidade de lá. Aprendi
1719 com o Humberto, aprendi com o Felisberto, aprendi com a Bete Gorda, aprendi com a
1720 Neca que morreu a pouco. Então, assim, aprendi também... (Sinalização de tempo
1721 esgotado)... muito com movimento sindical, aprendi com a articulação que foi feita
1722 neste Conselho, a partir da minha vinda para cá, para a Coordenação sim, fizemos
1723 toda uma construção de articulação com o movimento popular e movimento sindical. E
1724 foi isto que nos deu o salto de qualidade, e foi isto que nos permitiu chegar onde nós
1725 chegamos hoje. Então, qualquer falsa polêmica que se faça aqui neste Conselho é
1726 para destruir o que foi construído aqui. Então, tenham em mente isto, tenham presente
1727 isto. Só a unidade dos trabalhadores com o movimento popular é que permite o
1728 avanço, é que permite o pulo do gato, é que permite fazer as conferências e os
1729 movimentos que nós fizemos aqui que permitiu enfrentar a assistência farmacêutica
1730 quando a gente enfrentou o caso dos implantes. Todo mundo sabe, é o que permitiu a
1731 gente enfrentar o Instituto SOLLUS e enfrentar uma quadrilha que se instalou aqui na
1732 Secretaria da Saúde na época do Instituto SOLLUS, e não sou quem disse isto, quem
1733 disse isto foi a Polícia Federal, porque nós fizemos o registro da queixa contra o
1734 Secretário da Saúde Eliseu Santos e ele foi depor na Polícia Federal, para quem não
1735 sabe, no dia anterior ao dia que ele foi assassinado. Então, como vocês acham que
1736 nós aqui do Conselho nos sentimos nesta ocasião? Como disse a Tânia, muitas vezes
1737 com medo, mas nós enfrentamos, porque nós, na verdade, não fizemos absolutamente
1738 nada, nós apenas apontamos e exercemos o nosso poder fiscalizatório do Conselho
1739 Municipal de Saúde, que está escrito lá na nossa Constituição. Então, como diz o
1740 Terres, a mim não me cala, o que me cala, o que me deprime é a traição das pessoas
1741 que muitas vezes não ficam lado a lado de quem tem que ficar, são as pessoas que
1742 ficam em cima do muro e que não se posicionam diante das coisas e das injustiças.
1743 Isto vocês nunca vão ver de mim. Muito obrigada! (Aplausos da plenária). **A SRA.**
1744 **MARIA REJANE SEIBEL – Sindicato dos Enfermeiros do RS:** Boa noite. Nós
1745 gostaríamos enquanto entidade sindical prestar a nossa solidariedade aos colegas que
1746 estamos sendo processados e fazer um encaminhamento. Eu acho que, na verdade,
1747 eu compactuo com as demais falas que falam, que colocaram que todos nós
1748 conselheiros deveríamos ser processados. Nós deveríamos estar neste processo
1749 também. Eu acho que nós temos que nos lembrar, ter memória, acho que o Seu Paulo
1750 tem que ser processado quando questionava o convênio com a ULBRA. Djanira, o teu
1751 questionamento em relação ao Hospital da Restinga tem que ser questionado. O nosso
1752 antigo colega Gilmar, quando nós em uma plenária lá no SENAC questionávamos, nós
1753 já sabíamos que era o Instituto **SOLLUS** que viria, o contrato seria feito colocando de
1754 lado a FAURGS, deixando 45 dias as equipes de saúde da família sem poder prestar
1755 atendimento, alertando para isto, a responsabilidade é de quem? Isto não está sendo
1756 levado. Agora uma denúncia que não está sendo feita em relação à PROCEMPA,
1757 informatização na Saúde, qual é a prestação de contas que nós temos? E lembrar o
1758 seguinte: nós trabalhadores, a maioria que vocês verem aqui, eu sou servidora da
1759 Secretaria, o Andrezinho é servidor, o Terres é servidor, agora cedido, a Letícia, todos
1760 nós somos servidores. Então, pelas nossas condições de trabalho que vocês no dia a
1761 dia, usuários, verificam nas unidades de saúde, é este exercício de resiliência que a
1762 gente faz diário. Se em algum momento eu já estive na gestão, uma gestão
1763 democrática e transparência que respeitava o controle social, como tinha as questões
1764 da violência na Bom Jesus, a gente chamava a comunidade para estar presente.
1765 Então, isto se chama o modelo de atenção e existe uma política de saúde. E o que os
1766 colegas estavam cobrando aqui, o que foi a todo o momento, foi a falta de política, mas
1767 é uma constituição, porque a saúde é um direito de todos, é dever do Estado. O nosso
1768 papel de servidores está muito claro e quando a gente não compactua com isto que a

1769 gente vem e faz denúncia, este processo é de todos nós. Então, a nossa solidariedade
1770 é porque a gente lembra da história, que muitas vezes as pessoas tendem a esquecer.
1771 Obrigada! (Aplausos da plenária). **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO –**
1772 **CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** nO Sgarbossa quer falar. **O SR.**
1773 **MARCELO SGARBOSSA – Câmara de Vereadores/POA:** É muito rápido, muito
1774 rápido pelo seguinte, muito rapidíssimo. Primeiro quero dizer ao Fernando, eu estava
1775 dizendo para ele aqui que quando você está na vida pública as pessoas te dão o
1776 direito... Pega o meu face aqui, pega o Face de qualquer... O Facebook de... Ou
1777 mesmo nas galerias lá, as pessoas, é a vida pública. Então, tem que ter um olhar para
1778 isto. Então, alguém usar a palavra, como disseram “roubo”, mas será que era isto?
1779 Então, vai processar a pessoa porque ela falou “roubo”. Então, é uma outra dimensão.
1780 Eu queria só dar uma informação a vocês, que, infelizmente, não é notícia na grande
1781 mídia, a Câmara Municipal aprovou um projeto da nossa autoria, que é simples e
1782 cirúrgico, eu diria. Diz o seguinte: “Empresas que doarem para campanhas eleitorais
1783 fica proibidas de contratar com o Município de Porto Alegre”. Foi aprovado na Câmara.
1784 (Aplausos da plenária). Foi aprovado. Então, não é mais um projeto meu, é um projeto
1785 da Câmara Municipal. Vou pegar aqui, porque a gente fez um cartaz e estamos
1786 fazendo uma campanha chamada – Sanciona Fortunati. É a Lei nº 205/2014. Nos
1787 próximos dias esta lei chega nas mãos do Prefeito para ele vetar ou sancionar. Se ele
1788 sancionar esta lei, uma situação como esta, também não quero dizer que todo
1789 empresário que doa depois vai cobrar a conta, mas também por que ele vai lá e bota
1790 tanto dinheiro assim pela empresa? Porque a empresa não vota, ele que faça como
1791 pessoa física. Então, eu estou querendo fazer um convite para vocês, se vocês têm
1792 alguma influência diretamente sobre o Prefeito, que no ano que vem não é candidato,
1793 isto também é uma coisa que pode ajudar, ou influencia sobre os seus vereadores de
1794 outros partidos, que digam: “Prefeito, vamos testar uma eleição sem o dinheiro das
1795 grandes empreiteiras e grandes doadores, que depois, além de distorcer todo o
1796 processo eleitoral, não quero fazer uma afirmação dessas, mas não tem porque um
1797 empresário ir lá e botar tanto dinheiro assim em uma candidatura. Então, se ele gosta
1798 tanto da democracia que doe para todo mundo igual, mas isto eles não fazem. Então,
1799 fica um pedido de apoio. Muito obrigado. a grande mídia deveria dar ampla notícia
1800 sobre isto, mas está silenciando. **O SR. GLÁUCIO RODRIGUES – SINDISPREV:** Boa
1801 noite a todos. nós estamos aqui mais uma vez vendo os trabalhadores sendo
1802 massacrados e mais uma vez vendo funcionários contra funcionários, mas faz parte da
1803 vida. Não sei se está certo ou errado, cada um faz a sua escolha. Tem uns que gostam
1804 de ser assim, o que a gente vai fazer? Mas a gente está abrindo aqui o espaço e
1805 dizendo que o SINDISPREV está de portas abertas para tudo que vocês precisarem, o
1806 departamento jurídico está lá à disposição de vocês. Tenho aqui a minha colega Ana,
1807 que trabalha no departamento jurídico. Eu queria que ela fizesse uma fala sobre o
1808 assédio... (Manifestações da mesa fora do microfone). Pois é, quando eu pedi o tempo
1809 ninguém me deu, até viraram o rosto para não me ouvir falar. É a primeira vez que eu
1810 venho aqui falar e é a primeira vez que estou aqui, aí não consigo falar nada!
1811 (Manifestações da mesa fora do microfone). Pois é, vocês começaram a cortar, né.
1812 Faltam 02 minutinhos para ela. Então, tá. **A SRA. ANA – SINDISPREV:** Calma,
1813 Companheiro Gláucio. Boa noite, senhoras e senhores. Quero parabenizar a cada
1814 conselheiro presente aqui ou que por alguma razão não pode estar aqui,
1815 principalmente, aos membros que fizeram parte deste GT, que mostraram para a
1816 população de Porto Alegre como funciona Secretaria Municipal de Saúde. Não causa
1817 estranheza nenhuma para nós a postura do ex-secretário Casartelli. Quem trabalha
1818 com saúde, e nós representamos os servidores federais da saúde cedidos os
1819 municípios no Rio Grande do Sul e ao Estado, a gente passou em diversas ocasiões
1820 por situações parecidas com esta, de assédio, de desrespeito e etc., etc., etc. Eu acho

1821 que se cada um de nós aqui pusesse na justiça as injustiças do Casartelli, ele não teria
1822 vida para pagar o que deve, porque ele é uma pessoa prepotente, desrespeitosa e etc.,
1823 etc., etc. e tal. O que ele fez tentando atingir estes companheiros de luta, que fazem a
1824 luta e que denunciam, atinge a toda população de Porto Alegre. Não é só a que está
1825 aqui, é todo mundo. É mostrar que ele tem o poder e pode calar a qualquer um. Em
1826 uma reunião com o Ministério Público do trabalho, que nós estávamos discutindo carga
1827 horária e implantação do relógio ponto lá no Presidente Vargas, em que nós
1828 questionávamos que os relógios pontos não funcionavam, não davam o ticket, que é
1829 um direito do servidor. Ele disse: “Quem diz o que deve ser feito, como deve ser feito
1830 sou eu”. E o procurador que está lá disse: “Não é bem assim”. E ele disse: “É, porque
1831 se tu disseres que não é amanhã ou depois tu não vais mais responder por este setor
1832 aqui”. Assim, no Ministério Público do Trabalho, aqui em Porto Alegre. Então, a postura
1833 dele é esta. A questão criminal se vai discutir no processo. A gente colocou à
1834 disposição as entidades sindicais, colocamos à disposição do Terres, da Letícia e do
1835 Paulo o melhor criminalista que temos em Porto Alegre e no Brasil, quicá. (Aplausos da
1836 plenária). Nós entendemos que agredir um representante de um Conselho Municipal de
1837 Saúde, que faz o controle social e que não permite que se tire da boca dos
1838 trabalhadores, das famílias, dos postos de saúde, verbas para outras questões, é sim
1839 defender o direito de cidadão, o direito à saúde, o direito ao trabalho, que não se tem. E
1840 o que é que está acontecendo neste país hoje, se não é roubo em cima de roubo? Se
1841 não é desvio em cima de desvio? Se não é direito de campanha eleitoral para tudo?
1842 Nos planos de saúde o que aconteceu com os trabalhadores dos Correios agora?
1843 Vocês sabem o que aconteceu com os trabalhadores? Eles passaram uma vida inteira
1844 investindo em um plano de aposentadoria e o governo foi lá e roubou, tirou dinheiro
1845 deles. E agora eles vão se aposentar sem ganhar o que investiram uma vida inteira, e
1846 assim é em tudo que é lugar, onde o governo faz a gestão da propina da corrupção
1847 acontece isto. Não é diferente na Secretaria Municipal de Saúde, não é diferente na
1848 Prefeitura Municipal de Porto Alegre... (Sinalização de tempo esgotado). Não é
1849 diferente onde não existe controle social. Agora, onde existe controle social as coisas
1850 são denunciadas e a população tem sim condições de saber o que está acontecendo.
1851 Todo apoio, nós fazemos parte do SINDISPREV, o SINDISPREV faz parte da Frente
1852 Nacional Contra Privatizações. Somos contra todo o tipo de privatização do serviço
1853 público, porque ela precariza os trabalhadores, ela precariza o trabalho, ela mantém
1854 escravos, porque as empresas que são contratadas ganham e os trabalhadores não
1855 ganham nada. Então, a Frente Nacional Contra as Privatizações vem aqui trazer a
1856 solidariedade aos companheiros e está colocando o judiciário nacional das entidades
1857 de esquerda para fazer a defesa destes companheiros sim se necessário for.
1858 Estaremos presentes em todos os locais onde eles estiverem para prestarem
1859 testemunho ou prestarem informação. Nós e todos aqueles que são a favor do controle
1860 social. Obrigada. (Aplausos da plenária). **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário**
1861 **Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Bom, cabe a nós alguns
1862 esclarecimentos, tá? Primeiro, a Fátima, eu e o Cuty, nós estamos completando agora
1863 04 meses desta nova gestão. A gente fazia parte, todos nós fazíamos parte da gestão
1864 do Casartelli, trabalhávamos juntos em várias questões, mas temos formas diferentes
1865 de trabalhar. Todos nós temos formas diferentes de trabalhar. Quem já teve
1866 oportunidade de estar mais próximo da gente, não é, Fátima? E eu posso falar também
1867 do Cuty aqui, o nosso objetivo sempre foi de trabalhar da forma mais transparente que
1868 tem, porque é assim que a gente trabalha. A gente não tem nada para esconder. Eu e
1869 a Fátima, pelo menos, não temos pretensão nenhuma de qualquer outra questão. Eu
1870 acho que a gente já chegou nesta posição por algumas coisas positivas que a gente
1871 fez, não foi por uma questão política e nem uma questão de apadrinhamento. Eu acho
1872 isto extremamente importante. E desde o primeiro dia que a gente entrou a gente

1873 tentou impor um novo ritmo de trabalho dentro da Secretaria, que é da forma de um
1874 trabalho mais colaborativo, de respeito e de integração, porque assim como não tem o
1875 abismo entre trabalhador e usuário, também não queremos ser um abismo entre
1876 gestão, trabalhador e usuário. O nosso objetivo é de compor, porque só existe o SUS
1877 pelo trabalho dos usuários do Sistema Único de Saúde, pelo empenho dos
1878 trabalhadores e pela vontade de vários gestores, porque nem todos os gestores são
1879 iguais. Tem gestores de excelência, tem gestores que chegaram na gestão por
1880 merecimento e por acreditar no SUS, que ele seja digno e que seja de qualidade. Isto é
1881 o que nós, Fátima e eu, mais o Cuty, tentamos colocar aqui. É por isto que a gente
1882 escolheu as pessoas para estar trabalhar aqui na Secretaria de Saúde e a gente
1883 também não tem por hábito chegar e colocar o pé no pescoço das pessoas, mas sim
1884 dar oportunidade para as pessoas mostrarem o trabalho e a partir daí a gente discutir,
1885 dialogar realmente se é merecido ou não continuar onde está. Então, a gente tem
1886 tentado impor isto. Às vezes não é fácil, às vezes tem discussão, às vezes tem
1887 opiniões contrárias, que faz parte de toda a democracia e experiência de cada pessoa.
1888 Então, a gente vê este trabalho, que é um trabalho árduo, é um trabalho difícil, onde
1889 foram pontadas várias questões, que como bem colocado por vários aqui são escolhas
1890 feitas. E a nossa escolha, a partir de tudo que foi colocado, foi de tentar impor uma
1891 nova fórmula diferente de conduzir com relação esta questão dos laboratórios, porque
1892 a gente tem que entender que tem muitas coisas positivas e tem coisas que talvez não
1893 foram feitas escolhas corretas no sentido de opções às vezes. Então, desde a primeira
1894 semana que a gente estava, aí a Fátima e eu discutimos arduamente sobre isto, nós
1895 dissemos que temos como meta sim tentar organizar a questão laboratorial aqui, assim
1896 como nós também temos como missão tentar organizar a assistência farmacêutica, de
1897 outras questões, que eu acho que a gente está conseguindo evoluir, isto tu não fazes
1898 evoluir de um dia para o outro. Afinal de contas, nesses 04 meses a gente já passou
1899 por várias questões, várias situações, a gente está impondo um ritmo diferente. No
1900 sentido dos contratos emergenciais a gente não é a favor, o emergencial eu acho que
1901 tem um objetivo claro de existe e a gente está tentando reduzir o máximo. A gente tem
1902 feito uma luta de estar recompondo algumas coisas que foram colocadas aqui de
1903 sugestões, eu queria dizer que já estamos tomando como medida. Então, a primeira
1904 questão foi, sim, nós temos que ter contrato, todos os laboratórios hoje que prestam
1905 serviço para o Município. E não temos a certeza com relação se ao continuar, senão
1906 vão, porque a gente está investindo sim no Laboratório Central, nós temos um grupo de
1907 trabalho para isto. Se a gente tiver que compor com outras pessoas, plenamente, não
1908 tem problema. Eu acho que se todas as pessoas vêm aqui de forma respeitosa, de
1909 forma propositiva para melhorar, aqui a gente quer melhorar o que tem que melhorar e
1910 manter o que está de bom, a gente tem que melhorar aquilo que precisa. Bom, então,
1911 nesses 04 meses a Fátima tomou a frente, especialmente, mas sempre discutindo com
1912 todos nós, de como a gente vai fazer. Então, a primeira questão é montar um grupo de
1913 trabalho e a gente sim tem que melhorar o nosso Laboratório Central e está posto.
1914 Segundo, nós não admitimos não ter contratos, nós estamos acelerando contratos
1915 onde tinha contrato e a gente está finalizando praticamente isto. Então, é a que SOS
1916 laboratórios. Com relação a potencializar com os servidores, a gente já assinou e fez o
1917 pedido do concurso para técnicos de laboratórios sim, que já está encaminhado e
1918 estamos tencionando para que isto saia com a maior brevidade possível. O plano para
1919 a retomada dos exames clínicos está posto e a Fátima vai falar um pouquinho mais
1920 sobre como isto está sendo conduzido. Com relação à vistoria da Vigilância, isto é uma
1921 necessidade e a gente tem feito sim a vistoria e estamos nos adequando a várias
1922 questões. Então, isto é primordial para nós. Com relação à escolha de gerentes, nós
1923 temos por hábito, a Fátima e eu, da gente primeiro dar oportunidade para as pessoas.
1924 E, na medida do possível, construir com a pessoa, porque, afinal de contas, todos nós

1925 trabalhamos na lógica de que todos nós somos trabalhadores e temos uma
1926 responsabilidade. E se as pessoas fugirem da responsabilidade ou acabaram
1927 cometendo alguma coisa que seja equivocada, as pessoas têm que corrigir isto e
1928 assumir as suas responsabilidades disto. E a gente tem trabalhado na questão da
1929 coordenação responsável, porque não é uma decisão de gabinete, mas uma decisão
1930 de um conjunto de trabalhadores que leva para o gabinete, que validam ou não aquilo,
1931 mas respeitando muito a opinião de todos. Com relação ao grupo de trabalho, Fátima,
1932 vou pedir para ti, que estás mais apropriada, está conduzindo este processo, queria
1933 que tu relatasses o que a gente está fazendo para a gente poder potencializar isto e
1934 corrigir. A gente pede, encarecidamente, a todos, porque a gente está tentando fazer
1935 isto na maior brevidade possível, com todas as dificuldades que a gente tem
1936 enfrentado. Então, eu gostaria muito da gente pegar e transformar tudo como Curitiba
1937 fez de botar um Laboratório Central, mas neste momento agora não é possível, mas,
1938 também, não dá para dizer que a gente não vai fazer isto. A gente vai lutar para que a
1939 gente tenha isto o mais rapidamente possível. Fátima, complementa, por gentileza. **A**
1940 **SRA. FATIMA ALI – Secretária Adjunta Municipal de Saúde/POA:** Boa noite a todos
1941 e todas. Em primeiro lugar, meu Secretário, eu quero parabenizar a Letícia pela
1942 condução do GT. Foi na primeira semana em que eu assumi, ou foi na segunda, não é,
1943 Terres? Eu passei sexta-feira junto ao GT, porque já tinha alguns apontamentos
1944 relacionados á auditoria do DENASUS também. Era um assunto que nós tínhamos um
1945 interesse em poder estar resolvendo no sentido do compromisso com as políticas
1946 públicas. Nós temos algumas fragilidades, não tem porque não assumir publicamente.
1947 E entre elas está a questão da assistência laboratorial no Município de Porto Alegre. Eu
1948 acho que a gente já conseguiu avançar bastante em termos da assistência
1949 farmacêutica. E a assistência laboratorial é algo em que nós vamos nos debruçar. Nós
1950 constituímos um GT e eu gostaria, formalmente, de fazer o encaminhamento de que
1951 este Conselho pudesse indicar um representante do controle social. Isto é algo que nós
1952 temos que resgatar. Eu tenho uma prática e uma capacidade de escuta muito grande,
1953 acredito que a gente só vai avançar em termos de ser um sistema público de saúde se
1954 nós fizermos todos juntos, porque é neste formato em que ele foi feito e é por isto que o
1955 SUS fez os avanços que fez até agora. E também quero poder dizer que este é um
1956 momento muito importante, Djanira, que tu estás conduzindo enquanto coordenadora
1957 deste Conselho. Talvez seja o momento do fortalecimento do controle social no
1958 Sistema Único de Saúde, Letícia. E é um momento importante, porque nós precisamos
1959 disto no sentido da ameaça que o Sistema Público de Saúde neste país está passando.
1960 Talvez nós tenhamos que fortalecer isto. Então, quero deixar o convite para que venha
1961 uma indicação e a partir da auditoria do DENASUS, Terres, e com o que vocês trazem
1962 aqui hoje, nós vamos sim abrir um processo de sindicância para aquilo que está sendo
1963 apontado, mas não vamos emitir juízo de valor relacionado às pessoas que até o
1964 momento ocupam cargo de gestão nesses locais. Até para não cometermos o mesmo
1965 equívoco que se cometeu em algum momento com as pessoas. Nós não podemos
1966 partir de um pressuposto, e eu não sou advogada, de ficar julgando as pessoas. Este
1967 GT é um GT amplo, ele tem os gerentes de laboratórios, porque nós precisamos nos
1968 apropriar disto. Não é, Juliana? É uma novidade para nós, conhecer os processos, que
1969 é o MADIA, como funciona. Eu nunca trabalhei dentro de um laboratório. Nós
1970 chegamos aqui e tinha a UFRGS, não tínhamos contrato, tínhamos uma comunidade,
1971 uma população do Município de Porto Alegre que o Conselho me trouxe ainda na
1972 primeira semana, no terceiro dias, exatamente, há 45 dias em coletas de exames
1973 laboratoriais. Quer dizer, nós tivemos que fazer uma corrida muito grande para poder
1974 estar, minimamente, resgatando isto. Nós temos outros colegas que não são nem do
1975 HPS, nem do PACS e nem do HPV, tem outros farmacêuticos compondo este GT. E a
1976 ideia inicial, temos uma administradora que esta nos acompanhando, uma colega

1977 administradora no sentido de poder fazer um olhar. Então, eu gostaria, Coordenadora,
1978 de poder pedir como encaminhamento que alguém compusesse. E assumir
1979 publicamente o compromisso, Secretário, de que nós vamos sim, a partir de agora,
1980 abrir esta sindicância, já tem auditoria do DENASUS também. Eu acho que nós temos
1981 elementos suficientes, porque é o processo que nós podemos fazer quando se trata de
1982 servidor público. E a outra questão é ressaltar o que o Secretário disse... Já estou
1983 terminando. O SUS é composto pelos usuários, trabalhadores e pela gestão, e acho
1984 que na segunda ou terceira plenária, eu estive em uma plenária em que o Doutor
1985 Humberto fez uma fala e que eu tenho usado muito nas pré-conferências: “Feliz do
1986 gestor que consegue trabalhar lado a lado com o controle social”. E este é um objetivo
1987 individual meu e tenho certeza que é também do Secretário Fernando. Não poderia ser
1988 diferente. E foi por isto que eu apareço em algum momento neste relatório final, porque
1989 eu fiz a insistência, porque eu entendo sim que eu tenho que ser muito clara quando
1990 me fazem os questionamentos. Eu não tenho problema nenhum com isto, também não
1991 tenho problema nenhum em reconhecer quando estou equivocada, porque eu também
1992 cometo equívoco si. Por isso que aparece no relatório final a minha insistência de que
1993 nós pudéssemos tentar conduzir novamente a gerência de regulação, para deixar clara
1994 a sua responsabilidade, que era só passar as informações. Então, eu acho que é isto,
1995 espero que a gente possa de fato dar conta desta questão dos laboratórios. **O SR.**
1996 **FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do**
1997 **CMS/POA:** A nossa sugestão de encaminhamento é que a gente vai abrir sindicância
1998 naquilo que cabe abrir sindicância para avaliação, a gente vai fazer. Garantir que hoje
1999 não existe nenhum contrato sem clareza das divisões de cotas. Está colocado desde o
2000 edital. E que a gente montou um grupo de trabalho para montar uma política sim
2001 laboratorial aqui no Município de Porto Alegre, para a gente poder apresentar isto para
2002 o Executivo Municipal, para a gente poder estar colocando à disposição aí. Então, esta
2003 é a nossa sugestão. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e**
2004 **Coordenadora do CMS/POA:** Então, eu vou ler aqui, porque nós temos um.. Ah, tu
2005 queres? **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço**
2006 **Social:** Não, primeiro quero de pronto agradecer a forma como está sendo encaminhado
2007 pela gestão. Eu acho que isto é muito importante e dá a nós aí pelo menos esperança
2008 de que algo vai mudar a partir dessas denúncias. Então, eu quero agradecer a esta
2009 forma tranquila como vocês estão tratando essas nossas indicações. Por outro lado, eu
2010 entendo de que esta indicação na qual a Secretária Fátima coloca, porque o controle
2011 social possa estar indicando, nós já temos neste Conselho Municipal uma decisão, que
2012 já foi lá atrás defendida, de não indicar ninguém, que foi o caso do próprio IMESF, que
2013 tem lá no Conselho Curador do IMESF a participação de representante do Conselho
2014 Local e nós decidimos... Do Conselho Municipal de Saúde. E nós decidimos aqui de
2015 não apresentar. Então, eu sugiro que no lugar do Controle Social do Conselho
2016 Municipal indicar alguém, que se faça isto a partir dos trabalhadores, dos funcionários,
2017 que amplie este GT com os funcionários dos laboratórios, técnicos, farmacêuticos,
2018 bioquímicos e biomédicos. Até porque são eles que estão lá no dia a dia, não serei eu,
2019 não será a Maria Letícia, não será o Paulo Rogério ou outros para estarem neste GT.
2020 Eu acho que nós enquanto Conselho Municipal de Saúde vamos estar fiscalizando e
2021 ajudando no processo. Agora, não estar junto do GT. Então, eu acho que ampliar este
2022 GT com esses trabalhadores é a melhor forma. Por outro lado, aqui quero também
2023 agradecer a Ana, que faz parte da Frente Nacional e também do Fórum em Defesa do
2024 SUS. Eu esqueci de falar isto, nós contratamos sim, a partir do Fórum em Defesa do
2025 SUS e da Frente Nacional Contra a Privatização o advogado, que é o Marcelo Bidone
2026 para fazer uma defesa nossa, que é um advogado criminalista. E o Fórum em Defesa
2027 do SUS é que vai pagar os honorários deste advogado, porque é aquilo que a Letícia
2028 falava, é o movimento sindical que tem unidade para defender a classe trabalhadora. E

2029 o SINDISPREV, o SINDISAÚDE, do SIMPA, a ASMIS e todos outros sindicatos que
2030 fazem parte do Fórum e é aí que a gente se fortalece. Obrigado. (Manifestações da
2031 plenária fora do microfone). **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS**
2032 **Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Já são 22h22min. Antes do
2033 encaminhamento tenho aqui uma proposta de... Um encaminhamento, que é o repúdio,
2034 a ação de repúdio... (Manifestações da plenária fora do microfone). O que é? Moção de
2035 repúdio. O Secretário quer, primeiro, fechar o encaminhamento para depois a gente
2036 fazer isto. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
2037 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Então, a sugestão é a seguinte, que a gente
2038 tenha este grupo de trabalho, a gente abre uma entrada para um trabalhador empresa
2039 um representante do Conselho. eu acho extremamente importante, eu acho importante
2040 o Conselho rever, porque é um espaço, como a Fátima muito bem colocou, é
2041 importante que o Conselho se faça presente neste momento... **A SRA. DJANIRA**
2042 **CORRÊA DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Terres,
2043 só um pouquinho... **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
2044 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Então, a nossa sugestão é a indicação de um
2045 representante aqui do Conselho e nós vamos conversar com os laboratórios para
2046 indicar um trabalhador. Esta é a nossa sugestão para a gente poder encaminhar esta
2047 sugestão e aí entramos para a próxima. **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO**
2048 **– CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Vamos para os encaminhamentos.
2049 Tem outro? Então, em regime de votação. Quem concorda com esta proposta do
2050 Secretário que se manifeste. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de**
2051 **Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** A proposta é da gente reforçar o grupo
2052 de trabalho que já está sendo feito aqui na Secretaria de Saúde, com um
2053 representante do Conselho Muito de Saúde e mais um representar dos trabalhadores,
2054 que a gente vai tirar com os trabalhadores dos laboratórios. É isto. (Manifestações da
2055 plenária fora do microfone). **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de**
2056 **Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Vice Coordenadora CMS/POA: e**
2057 **Vice Coordenadora CMS/POA:** Então, a proposta que o Conselheiro está realizando é
2058 que o representante do Conselho Municipal seja usuário no GT dos Laboratórios.
2059 (Manifestações da plenária fora do microfone). Então, tem duas propostas que o
2060 plenário tem que estar fazendo o encaminhamento, ou o GT seja composto com um
2061 trabalhador que é escolhido entre os trabalhadores, e um representante do Conselho
2062 Municipal de Saúde... **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
2063 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Deixa eu corrigir. Posso tentar? Então, a
2064 proposta... Terres, corrija se eu estiver equivocado. A proposta do Terres é que seja
2065 indicado um trabalhador neste grupo de trabalho. E que o Conselho não precise indicar
2066 alguém, porque isto não é função, o Conselho vai fiscalizar depois. Certo? Esta é a
2067 opção. A opção dois foi o que a gente colocou, que a gente tenha um grupo de trabalho
2068 e que seja um representante do trabalhador e um representante do usuário, sendo que
2069 este representante do Conselho Municipal de Saúde seja um usuário. Esta é a
2070 proposta dois. Então, a proposta um é o que Conselho não se faça presente, não
2071 indique alguém, e a proposta dois é que o Conselho indique um usuário para
2072 representar o grupo de trabalho. Ok? **O SR. PEDRO RIBEIRO:** É encaminhamento,
2073 mas tem uma questão voltando, as questões jurídicas... (Manifestações da plenária
2074 fora do microfone). Obrigado, Paulo. É uma questão de coerência e de posicionamento
2075 institucional. O Conselho Municipal de Saúde em uma mesma situação, foi em relação
2076 a participar do Conselho lá do IMESF. A instituição tomou uma postura, dizendo que
2077 não ia participar de uma coisa que ela tem que fiscalizar. Então, é uma questão de
2078 coerência institucional, é uma jurisprudência que tem do Conselho. Agora, assim, tem a
2079 mesma situação, agora o Conselho vai tomar outra atitude? Então, assim...
2080 (Manifestações da plenária fora do microfone). Olha aqui, tem uma situação onde o

2081 Conselho tem que fiscalizar e baseado em um trabalho de fiscalização que fez. Então,
2082 eu acho que esta é uma questão de coerência institucional do Conselho.
2083 (Manifestações da plenária fora do microfone). **A SRA. FATIMA ALI – Secretária**
2084 **Adjunta Municipal de Saúde/POA:** Só uma Questão de Ordem. Eu sugiro, então, que
2085 em outro momento, já são 22h30min, que a gente possa voltar e fazer esta discussão,
2086 nós vamos continuar conduzido este grupo, não é, Juliana? (Falas concomitantes em
2087 plenária). Gente, que esta comissão, nós podemos chamar assim também. Esta
2088 comissão também está aberta, as reuniões vão acontecer às 14horas. Depois a gente
2089 faz esta discussão e nós vamos sim, Terres, convidar os trabalhadores. Nós já temos
2090 uma grande trabalhadora de laboratório, que, inclusive, já tinha um projeto. Então, é
2091 uma comissão muito séria, no sentido de conduzir. (Manifestações da plenária fora do
2092 microfone). Ok, tudo bem, mas eu sugiro que a gente faça esta discussão em outro
2093 momento, mas está aberto o convite para participar da comissão. E nós vamos ampliar
2094 enquanto gestão, vou sim, acho importante, vamos ampliar pelo menos para um
2095 trabalhador de cada laboratório. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA –**
2096 **CDS Glória/Cruzeiro/Cristal e Coordenadora Adjunta do CMS/POA:** Eu tenho uma
2097 proposta de encaminhamento. Então, a gente mantém a proposta do GT, como a
2098 Fátima falou, de ampliar a participação no GT com os trabalhadores de cada
2099 laboratório, um representante de cada laboratório. Aí este GT vai ter um período, vai ter
2100 um tempo para concluir uma proposta. Quando esta proposta estiver concluída, aí,
2101 então, o Conselho se organiza, reúne novamente o seu GT, ou agrega novas pessoas,
2102 novos usuários, para fazer a análise da proposta que for apresentada e depois
2103 submete à apreciação do Plenário. Aí tu constróis com a participação dos
2104 trabalhadores representados e depois amplia para a avaliação dos conselheiros como
2105 um todo. (Manifestações da plenária fora do microfone). **A SRA. DJANIRA CORRÊA**
2106 **DA CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Eu acho que esta
2107 proposta da Letícia contempla a todos. Então, em regime de votação. Em regime esta
2108 proposta da Letícia. Em regime de votação, quem vota favoravelmente? Não vale votar
2109 sem, sem crachá não vota. (Contagem de votos: 30 votos favoráveis). Tem mais
2110 alguém lá? São 30 votos. Quem vota ao contrário? Nenhum. Quem se abstém? Duas
2111 abstenções. APROVADO. Gente, nós temos aqui uma nota de repúdio. Eu quero ler
2112 para vocês e ver o que vocês acham, se a gente vota, porque eu preciso do voto de
2113 vocês. São só mais 5 minutinhos e já estamos terminando. Eu vou ler aqui:
2114 “Considerando que o Conselho Municipal de Porto Alegre ao longo dos seus 23 anos
2115 de existência tem demonstrado fidelidade aos princípios do SUS. Considerando que as
2116 ações do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre que estão calcadas na Lei nº
2117 8.140, na Lei Orgânica do Muto e no Código Municipal de Saúde...” Eu vou pedir
2118 silêncio só um pouquinho. “Considerando que se fosse ouvido o Conselho Municipal de
2119 Saúde de Porto Alegre ou tivessem respeitado suas decisões o desperdício de dinheiro
2120 público poderia ter sido evitado. No caso do Instituto SOLLUS que permitiu identificar
2121 indícios de irregularidades, que vieram a ser confirmadas pela Polícia Federal e
2122 Ministério Público Federal, indicando um desvio de em torno de R\$ 20 milhões dos
2123 cofres públicos. Ainda a serem apontados os problemas nos sistema informatizado da
2124 marcação de consultas e regulação dos leitos hospitalares, o AGOS, que
2125 posteriormente foi apontado pelo Tribunal de Contas do Estado de ter custado cinco
2126 vezes mais do que o previsto. Considerando que o Conselho Municipal de Porto
2127 Alegre, em 2012, esgotados todos os prazos de respostas aos inúmeros pedidos de
2128 informações, esclarecimentos e providências, instituiu um grupo de trabalho composto
2129 pelos conselheiros Alberto Terres, Débora Melechi, Maria Letícia de Oliveira Garcia e é
2130 convidada farmacêutica Consuelo Freitas Peres, diretora do Sindicato dos
2131 Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul – SINDIFARS, para avaliar a política
2132 de laboratórios de análises clínicas envolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, da

2133 Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em maio de 2014 este grupo de trabalho
2134 apresentou relatório, ao qual foi apontado indícios de irregularidades cometidas pela
2135 administração pública. E, mais uma vez, ao invés de ouvir e apurar os indícios
2136 apontados, o ex-Secretário Municipal de Saúde Carlos Henrique Casartelli, com
2137 testemunha do atual Secretário Municipal de Saúde Fernando Ritter e sua assessora
2138 Lívia Lavínia, move ação penal contra os conselheiros Alberto Torres, Maria Leticia de
2139 Oliveira Garcia e do trabalhador Paulo Rogério. Assim o Conselho Municipal de Porto
2140 Alegre manifesta seu repúdio e contrariedade com as atitudes adotadas pelos gestores
2141 de saúde de Porto Alegre Carlos Henrique Casartelli e Fernando Ritter, por afrontarem
2142 o legítimo exercício do controle social na tentativa de incriminar os conselheiros de
2143 saúde ao invés de cumprir sua prerrogativa”. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário**
2144 **Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Eu vou solicitar,
2145 oficialmente, que retirem o meu nome, porque é o seguinte, o fato de ser testemunha, a
2146 gente vai dizer a verdade do que aconteceu ali, pronto. Está tudo gravado. Eu até
2147 perguntei se precisava de testemunha se está tudo gravado. Então, eu acho que isto
2148 não precisa colocar no final. Então, eu solicito, encarecidamente, que esta colocação
2149 no final seja retirada. **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de**
2150 **Serviço Social:** Moção é uma manifestação política de um determinado grupo,
2151 determinada pessoa, determinada entidade. e a moção tu não discutes, tu votas a favor
2152 ou contra, é assim que vai acontecer, inclusive, na Conferência Municipal de Saúde,
2153 onde terá o espaço para moção. A moção é apresentada e a plenária vota a favor ou
2154 não, não existe defesa contra ou a favor. Então, proponho que se coloque em votação.
2155 (Manifestações da plenária fora do microfone). **A SRA. DJANIRA CORRÊA DA**
2156 **CONCEIÇÃO – CDS Restinga e Coordenadora do CMS/POA:** Vota ou não, a pessoa
2157 tem a liberdade de votar ou não votar. (Manifestações da plenária fora do microfone). É
2158 o nome de quem? Da Lívia está aqui. Em regime de votação quem aprova a moção
2159 que se manifeste favoravelmente. (Contagem de votos: 25 votos favoráveis). Quem
2160 vota contrário? (Contagem de votos: 04 votos contrários). Quem se abstém? Um. Uma
2161 abstenção aqui. Então, tá, obrigada! APROVADA. (Encerram-se os trabalhos do
2162 plenário às 22h45min)

2163

2164

2165 **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO**
2166 **Coordenadora do CMS/POA**

MIRTHA DA ROSA ZENKER
Vice – Coordenadora do CMS/POA

2167

2168 **(Ata aprovada na Reunião Ordinária do Plenário do CMS/POA, de 5 de novembro**
2169 **de 2015.)**